



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - FCI
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

MARIANA FERREIRA DIAS MARTINS

**ASPECTOS DE ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA E INFORMACIONAL:
ESTUDO DE CASO NA BIBLIOTECA ACADÊMICO LUIZ VIANA FILHO -
BIBLIOTECA DO SENADO FEDERAL**

Brasília, DF
2021

MARIANA FERREIRA DIAS MARTINS

Aspectos de acessibilidade arquitetônica e informacional: estudo de caso na Biblioteca
Acadêmico Luiz Viana Filho - Biblioteca do Senado Federal

Trabalho de conclusão de curso de
graduação apresentado à Faculdade de
Ciência da Informação da Universidade de
Brasília, como requisito parcial para
obtenção do grau de Bacharel em
Biblioteconomia.

Orientador: Profa. Dra. Ivette Kafure.

Brasília, DF

2021

MARTINS, Mariana Ferreira Dias.

Aspectos de acessibilidade arquitetônica e informacional: estudo de caso na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho - Biblioteca do Senado Federal / Mariana Ferreira Dias Martins. – Brasília, 2021.

f. 78

Orientação: Prof. Dr. Ivette Kafure

Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia) – Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, Curso de Biblioteconomia, 2021.

Inclui bibliografia

Acessibilidade. Deficiência. Acesso à Informação. Biblioteca. I. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: Aspectos de acessibilidade arquitetônica e informacional: estudo de caso na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho - Biblioteca do Senado Federal

Autor(a): Mariana Ferreira Dias Martins






Monografia apresentada remotamente em **21 de maio de 2021** à Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientador(a) (FCl/UnB): Ivette Kafure Munoz

Membro Interno (FCl/UnB): Simone Bastos Vieira

Membro Externo (Ministério da Cidadania): Patrícia Neves Raposo

Em 27/05/2021.

	<p>Documento assinado eletronicamente por Patrícia neves Raposo, Usuário Externo, em 28/05/2021, às 14:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.</p>
	<p>Documento assinado eletronicamente por Ivette Kafure Munoz, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação, em 28/05/2021, às 14:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.</p>
	<p>Documento assinado eletronicamente por MARIANA FERREIRA DIAS MARTINS, Usuário Externo, em 28/05/2021, às 15:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.</p>
	<p>Documento assinado eletronicamente por Simone Bastos Vieira, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação, em 28/05/2021, às 18:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.</p>
	<p>A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 6719747 e o código CRC DBCC2D85.</p>

Dedicatória

À minha pequena e extraordinária família!

Agradecimentos

Agradeço primeiramente à minha amada Mainha, Daisy, pela vida e a caminhada, pelo carinho, dedicação e apoio, mesmo quando não sabia como.

À minha irmã, Bianca, que nos momentos mais difíceis tem o dom de me fazer sorrir e sentir amada.

Ao meu namorado Rodrigo, por toda a força que me dá, o incentivo diário e por todos os textos que revisou comigo. Obrigada por acreditar em mim mais do que eu mesma.

Agradeço aos meus grandes amigos: Alcemir, Alexandre, Ana Beatriz, Guilherme, Gustavo, José Henrique, Marco, Mateus e Tiago. A companhia e carinho de vocês me fez chegar aqui. Especialmente, ao Cesar Henrique e à Misaki, que estiveram presentes em todas as crises.

A todos os mestres e servidores da Universidade, e de forma especial, à minha querida orientadora Ivette Kafure, por todo o conhecimento repassado, pela incrível dedicação à pesquisa e pela infinita paciência comigo.

Ao meu anjo protetor, Blenda. Tudo o que crio tem um pouco de você. Você está marcada na minha pele, vida e alma. Obrigada por todo aprendizado.

Agradeço a todos os familiares e amigos, e aos demais colegas que estiveram presentes em minha trajetória, pelo carinho e apoio.

“São as perguntas que não podemos responder que mais nos ensinam”.

“Às vezes, partir é tudo que se pode fazer”.

Patrick Rothfuss

RESUMO

Todas as bibliotecas devem estar de acordo com a norma da ABNT NBR 9050 para disporem de acessibilidade arquitetônica, assim como devem dispor de projetos, serviços e produtos de acessibilidade informacional, para tornarem-se acessíveis às pessoas com deficiência (PCD). O objetivo deste trabalho é identificar as normas vigentes e verificar o grau de adequação da acessibilidade arquitetônica e informacional da Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho e do prédio que a comporta, isto é, o Senado Federal. A metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica e estudo de caso descritivo. Para a coleta de dados o instrumento de coleta foi o envio de e-mails para os departamentos do Senado Federal responsáveis pelas questões de acessibilidade, além de perguntas enviadas pelo Serviço de Informação ao Cidadão (SIC). O universo da pesquisa foi a Biblioteca e o complexo arquitetônico do Senado Federal. Para identificar alguns aspectos de acessibilidade foi utilizado método de observação. Por meio deste, foram identificadas dificuldades no percurso de acesso à Biblioteca, como ausência de vagas prioritárias para PCD e insuficiência de sinalização, tanto sinalização tátil e visual direcional quanto Símbolo Internacional de Acesso (SIA). Foram identificadas também diversos projetos de acessibilidade informacional, assim como ferramentas de mobilidade. Após a análise dos dados levantados, acreditamos que o resultado obtido é suficiente para atingir os objetivos traçados pela pesquisa. Com essas informações foi possível reconhecer os aspectos de acessibilidade arquitetônica e informacional da Biblioteca do Senado Federal e o que precisa ser melhorado. Isto é, a Biblioteca em termos gerais é bastante adaptada e está caminhando para tornar-se acessível.

Palavras-Chave: Acessibilidade. Deficiência. Acesso à Informação. Biblioteca. Senado Federal.

ABSTRACT

All libraries must comply with the standard of ABNT NBR 9050: 2015 to be physically accessible, as well as must have projects, services and informational accessibility products, to become accessible to users with disabilities. The objective of this work is to identify the current rules and verify the degree of adequacy of the physical and informational accessibility of the Library Acadêmico Luiz Viana Filho and the building that holds it, that is, the Federal Senate. The methodology used was bibliographic research and descriptive case study. For data collection, the collection instrument was the sending of e-mails to the departments of the Federal Senate responsible for accessibility issues, in addition to questions sent by the Serviço de Informação ao Cidadão (SIC). The research universe was the library and the architectural complex of the Federal Senate. Observation method was used to identify some aspects of accessibility. Through this, difficulties were identified in the path to access the library, such as the absence of priority places for PWD and insufficient signaling, both tactile and visual directional signaling and the Universal Symbol for Disability. Several informational accessibility projects were also identified, as well as mobility tools. After analyzing the data collected, we believe that the result obtained is sufficient to achieve the objectives outlined by the research. With this information, it was possible to recognize the physical aspects and informational accessibility of Federal Senate Library and what improvements need to be done. That is, the library in general terms is quite adapted and is moving towards becoming accessible.

Key words: Accessibility. Deficiency. Access to information. Library. Federal Senate.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Metragem adequada para Utilização de Mesa para Pesquisa Virtual.....	33
Figura 2 – Distância Adequada entre as Estantes do Acervo de Livros.....	33
Figura 3 – Altura das Estantes e Prateleiras.....	34
Figura 4 – Dimensões do balcão de atendimento.....	35
Figura 5 - Símbolo internacional de acesso (SAI)	37
Figura 6 – Página do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)	46
Figura 7 – Mapa do Complexo Arquitetônico do Senado Federal.....	49
Figura 8 – Anexo II do Senado Federal.....	50
Figura 9 – Portaria do Anexo II do Senado Federal.....	50
Figura 10 – Rampa de acesso a Biblioteca.....	51
Figura 11 – Entrada da Biblioteca.....	51
Figura 12 – Mapa interno do Senado Federal.....	52
Figura 13 – Triciclo motorizado.....	56
Figura 14 – Cadeira de rodas.....	56
Figura 15 – Botão de acesso à área de acessibilidade do portal: “Acessibilidade”.....	61
Figura 16 – Botão de acesso ao aplicativo.....	62
Figura 17 – Aplicativo VLIBRAS.....	63
Figura 18 – A área ao redor do acervo.....	66

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Tipos de Acessibilidade (Sasaki)	24
Quadro 2 - Aplicação e formas de informação e sinalização.....	35
Quadro 3 - Dimensão da sinalização tátil no piso.....	37
Quadro 4 - Projetos referentes à acessibilidade arquitetônica	44
Quadro 5 - Projetos referentes à acessibilidade informacional	44
Quadro 6 - Projetos referentes à mobilidade	45
Quadro 7 - A acessibilidade na biblioteca em conformidade com NBR 9050/2015.....	67

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Perfil do quadro de pessoal (Parlamentares)	56
Tabela 2 – Servidores efetivos.....	56
Tabela 3 – Servidores comissionados.....	57
Tabela 4 – Terceirizados.....	57
Tabela 5 – Jovens Aprendizizes	57
Tabela 6 – Estagiários	58
Tabela 7 – Quadro Resumo.....	58

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Acervo da Biblioteca do Senado em 2006.....	42
Gráfico 2 - Atendimento de visitantes e servidores em 2019.....	54

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas e Técnicas
BDSF	Biblioteca Digital do Senado Federal
COBIB	Coordenação de Biblioteca
DGER	Diretoria-Geral
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LBI	Lei Brasileira de Inclusão
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
NBR	Norma brasileira
NCAS	Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais
PA	Plano de Acessibilidade
PCD	Pessoa com deficiência
P.C.R.	Pessoa com cadeira de rodas
P.M.R.	Pessoa com mobilidade reduzida
SEGRAF	Secretaria de Editoração e Publicações
SIC	Serviço de Informação ao Cidadão
SGIDOC	Secretaria de Gestão de Informação e Documentação
SINFRA	Secretaria de Infraestrutura
SPATR	Secretaria de Patrimônio
SPOL	Secretaria de Polícia Legislativa
UI	Unidade de informação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
1.1	JUSTIFICATIVA	19
1.2	Objetivo geral	21
1.3	Objetivo específico	21
2	ASPECTOS CONCEITUAIS DE ACESSIBILIDADE E O PERFIL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	22
3	ACESSIBILIDADE: EVOLUÇÃO NORMATIVA	28
3.1	Aspectos Terminológicos	30
3.2	Normas de Acessibilidade	32
3.2.1	A norma quanto a pessoa em cadeira de rodas (P.C.R.)	32
3.3	A norma quanto a sinalização	34
4	METODOLOGIA	38
4.1	Tipo de pesquisa	38
4.2	Universo da pesquisa	38
4.3	A Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho – biblioteca do senado federal	39
4.3.1	Histórico.....	39
4.3.2	A biblioteca digital do Senado Federal - BDSF.....	40
4.3.3	Acervo.....	41
4.3.3.1	Serviço de jornais – SEJOR.....	41
4.4	O PLANO DE ACESSIBILIDADE DO SENADO FEDERAL: 2019-2021	42
4.5	LIMITES DA PESQUISA	44
5	COLETA DE DADOS	46
5.1	Instrumento de coleta	46
6	OS DADOS	48
6.1	Aspectos de acessibilidade da biblioteca e suas adjacências	48
6.1.1	Aspectos estruturais.....	48
6.1.2	Acessibilidade assistida.....	53
6.1.3	Dados quantitativos referentes à gestão de pessoas com deficiência.....	56

6.2	Acessibilidade informacional	58
6.2.1	Publicações em braile.....	59
6.2.2	Acessibilidade no portal do senado.....	61
6.3	A biblioteca e a NBR 9050	64
7	ANÁLISE DE DADOS	65
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES	69
	REFERÊNCIAS	71

1. INTRODUÇÃO

Com os avanços de natureza social, cultural e política na sociedade, advindos do processo de globalização na segunda metade do século, foi observado o reconhecimento de direitos humanos e fundamentais. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948, firma a vontade dos Estados de que os debates internacionais fossem pautados pelos interesses do ser humano, consagrando aí a universalidade dos direitos humanos e a busca do desenvolvimento integral da dignidade de todas as pessoas (SILVEIRA, 2013).

Simetricamente ao reconhecimento internacional dos Direitos Humanos, está a adoção de legislações que objetivam a integração social das pessoas com deficiência. Isso assegura a esse grupo a possibilidade de acessar e utilizar novos espaços, como as bibliotecas. O resultado dos avanços sociais e tecnológicos pode ser observado na inserção de tecnologias da informação e de produtos e serviços que potencializam o acesso democrático à informação.

Segundo Maciel (2000, p. 51)

Para a estimulação da pessoa com deficiência, a tecnologia da informação é fundamental, pois a velocidade da renovação do saber e as formas interativas da cibercultura trazem uma nova expectativa de educação para essa clientela. É necessário, portanto, criar serviços e propostas educativas abertas e flexíveis que atendam às necessidades de mudanças.

Portanto, a difusão de ferramentas de acessibilidade em unidades de informação (UI) é indispensável para possibilitar a autonomia informacional de pessoas com deficiência. Neste trabalho são explanados critérios de acessibilidade referentes à mobilidade e acesso a informação em espaços físicos. Segundo o decreto nº 5.296/2004 (BRASIL, 2004), NBR 9050/2004 a acessibilidade é

A condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida dos espaços mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015) define acessibilidade da seguinte maneira:

“Art. 53. A acessibilidade é direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social”

Ainda, acessibilidade pode ser interpretada como o meio de extinguir as barreiras sociais e arquitetônicas que possam impedir a mobilidade de pessoas com deficiência (PCD) em determinado ambiente. A Lei Federal nº 10.098 de 19 de setembro de 2000 (BRASIL, 2000), caracteriza a acessibilidade como o direito do cidadão de exercer plenamente sua cidadania e autonomia.

É importante aqui, diferenciar biblioteca acessível de biblioteca adaptada:

Biblioteca adaptada é aquela que segue as regras do desenho acessível, com rampas, banheiros adaptados, sinalização Braille, entre outras. A biblioteca acessível é a que disponibiliza a informação em qualquer suporte e provê acesso a todas as pessoas que dela necessitam, ou seja, segue os princípios do desenho universal. (2002 *apud* PAULA; CARVALHO, 2009, p. 72)

Por isso, a acessibilidade não pode se limitar ao espaço da biblioteca, mas, também, a estrutura das adjacências da mesma, o que Pupo, Melo e Ferrés (2006) denominam de acessibilidade urbana.

Esta pesquisa é um estudo de caso da Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho. Sendo assim, este trabalho se propõe a expor as condições arquitetônicas da Biblioteca do Senado e seu entorno, objetivando conhecer quais são as possibilidades de acesso ao prédio, as condições de mobilidade e os produtos e serviços oferecidos pela Biblioteca.

1.1 JUSTIFICATIVA

Apesar de toda evolução tecnológica, há muita desigualdade no acesso à informação em nossa sociedade, principalmente para as pessoas com deficiência, e compete às unidades de informação (UI) oferecer meios para mitigá-la. Curioni (2003, p. 423) afirma que é necessário criar “oportunidades iguais perante a diversidade humana” para vivermos em uma sociedade igualitária. Portanto, a acessibilidade deve estar presente em todos os âmbitos da sociedade.

Conforme o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010¹, aproximadamente 46 milhões de brasileiros, 24% da população, afirmou ter algum tipo de deficiência. Ainda segundo o Censo, a taxa de alfabetização é quase 10% menor entre as pessoas com 15 anos ou mais de idade, com pelo menos uma deficiência declarada.

Além disso, foi observado que as PCD possuem taxas inferiores em indicadores socioeconômicos, evidenciando que a desigualdade social é maior entre esse grupo. Por isso, faz-se necessário que todos os âmbitos da sociedade trabalhem de modo a combater as barreiras que restringem os direitos da PCD. Maciel (2000, pg. 51), afirma que

“Passos fundamentais devem ser dados para mudar o quadro de marginalização dessas pessoas, como: alteração da visão social; inclusão escolar; acatamento à legislação vigente; maiores verbas para programas sociais; uso da mídia, da cibercultura e de novas tecnologias”

Nesse contexto, as bibliotecas possuem um importante papel no que diz respeito à inclusão social das PCD. Usuários com deficiência demandam políticas específicas de acesso à informação, essas precisam lhes garantir meios de ascender à condição de cidadãos plenos, com capacidade crítica e reflexiva suficiente para lutar por seus direitos (PINHO NETO, 2013). Para Atique e Zaher (20[?], p. 7), a biblioteca

“contribui de forma eficaz para minimizar a desigualdade entre os que têm acesso à informação e os que são desprovidos dela”. Sendo assim, pode-se dizer que uma biblioteca acessível é um instrumento de *desmarginalização*“

Sendo assim, é imperativo que as UI de caráter público e privado estejam em conformidade com os padrões de acessibilidade estabelecidos em Lei, como a Norma Brasileira (NBR) 9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que normatiza os critérios de acessibilidade.

Portanto, sabendo do papel social das unidades de informação, escolhemos a Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho ou Biblioteca do Senado Federal como estudo de caso. Ela se caracteriza como biblioteca legislativa, cujo objetivo é dar suporte informacional aos parlamentares, colaboradores da Casa e demandas legislativas.

¹ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf
Acesso em: 19 Fev. 2021

Ademais, a Biblioteca é de acesso público, tornando-se um espaço de estudo, inclusive, para pessoas sem vínculo com a instituição.

Conseqüentemente, levando em consideração a variada circulação de pessoas na biblioteca e o entendimento de que 24% da população declara ter alguma deficiência, é possível inferir que uma parcela dos usuários da Biblioteca do Senado Federal são pessoas com deficiência.

Desse modo, acreditamos que ao pesquisar e analisar as condições de acessibilidade arquitetônica e informacional dessa UI estaremos contribuindo para que a mesma possa tornar-se um ambiente ainda mais acessível a todos que a frequentam.

Enfim, esta pesquisa se justifica pelo exposto acima, pois temos a convicção de que a informação deve ser de acesso livre e universal. Por fim, este trabalho almeja dispor à comunidade acadêmica um registro das condições de acessibilidade vigentes na Biblioteca do Senado Federal e suas adjacências.

1.2 Objetivo Geral

Avaliar as condições de acessibilidade arquitetônica e informacional para a pessoa com deficiência na Biblioteca do Senado Federal, com base na literatura existente.

1.3 Objetivos Específicos

1. Discorrer sobre os aspectos conceituais de acessibilidade e o perfil da pessoa com deficiência.
2. Relatar a evolução da legislação e terminologia concernente à pessoa com deficiência no Brasil e no mundo, e as normas de acessibilidade.
3. Descrever a Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho: seu histórico, coleções, produtos e serviços.
4. Apresentar as condições de acessibilidade arquitetônica e informacional da Instituição.
5. Identificar as diferenças entre as condições de acessibilidade arquitetônica e informacional da Biblioteca em relação às Normas de Acessibilidade.

2 ASPECTOS CONCEITUAIS DE ACESSIBILIDADE E O PERFIL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

A sociedade é composta por indivíduos complexos, diferentes entre si. As diferenças são étnicas, culturais, sociais, físicas e psicológicas. Farias e Mussato (1999), afirmam que “uma marca que acompanha a sociedade é a diferença”. Ainda segundo esses autores, a diversidade é “fundamental para uma sociedade verdadeiramente humana”, porque proporcionam ao Homem aprendizado e aprimoramento. Entretanto, ao analisar o desenrolar da história da Humanidade, é possível observar a dificuldade dos indivíduos em lidar com a diversidade inerente à nossa sociedade.

Segundo Coma (1992, p. 63), a origem das deficiências remonta ao início da humanidade. No estudo 'a epopeia ignorada', Silva (1987) afirma que a marginalização tem as suas raízes na pré-história. Nessa época acreditava-se que a pessoa que possuía algum tipo de deficiência ou doença eram afligidas por espíritos maus (SILVA, 1987). Em diversas culturas e épocas, era prática comum a eliminação de crianças com deficiência, e até de pessoas que adquirissem algum tipo de deficiência durante a vida.

Assim, as pessoas com deficiência atravessaram séculos de genocídio e marginalização social. Durante a Segunda Guerra Mundial, por exemplo, os indivíduos que tinham algum tipo de deficiência física ou mental foram sumariamente executados pelo programa nazista “Aktion T-4”. Kleber Sales, professor do Departamento de Direito da Universidade Católica de Brasília, alega que:

“O extermínio de deficientes físicos e mentais foi justificado com argumentos brutais [...] Logo depois de seu nascimento, eles deveriam ser exterminados para o seu próprio bem e da sociedade. [...] O programa de eutanásia dos deficientes físicos e mentais vigorou oficialmente de 1939 a 1941, sem que se descriminalizasse o homicídio. Teve o resultado o extermínio de cerca de 70 mil seres humanos [...], executados com injeções letais ou em câmaras de gás, triste prelúdio para o que ocorreu em Auschivitz” (SALES, 2008, p. 45).

Segundo Silva (1986), durante o pós-guerra, as mulheres e os deficientes físicos tiveram que assumir postos na indústria para suprir a falta de funcionários que tinham ido para a guerra. Isso resultou na aproximação da realidade da deficiência à sociedade, suscitando a discussão da integração social dessas pessoas. Nesse período, a postura da sociedade não era de valorização e respeito à diversidade humana, e sim a necessidade de força de trabalho.

Sasaki (2006) afirma que, durante esses anos, as pessoas com deficiência que tentaram integrar-se à sociedade por meio do trabalho e educação perceberam que sua vivência era dificultada pela existência de barreiras arquitetônicas nos espaços urbanos, nos edifícios e residências e nos meios de transporte coletivo, impossibilitando sua integração.

Ainda segundo o autor, o debate sobre a inclusão social tem início apenas na segunda metade dos anos 1980 (Sasaki, 1997. p. 17), aonde o debate muda de figura. Ele é caracterizado por novos princípios, que são: “celebração das diferenças; direito de pertencer; valorização da diversidade humana; solidariedade humanitária; igual importância das minorias e cidadania com qualidade de vida”.

O termo “inclusão social” está no dicionário da seguinte forma: “Integração absoluta de pessoas que possuem necessidades especiais ou específicas numa sociedade”.

Na definição de Sasaki a inclusão é:

“O processo pelo qual os sistemas sociais comuns são tornados adequados para toda a diversidade humana - composta por etnia, raça, língua, nacionalidade, gênero, orientação sexual, deficiência e outros atributos - com a participação das próprias pessoas na formulação e execução dessas adequações” (SASSAKI, 2009, p. 10-16).

Segundo o autor a inclusão é o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir em seus sistemas sociais gerais, as pessoas com deficiência, a fim de que estas possam assumir seus papéis na sociedade.

Na segunda metade do século XX é possível observar uma tendência global de humanização em relação a esse grupo, com o amadurecimento das ideias de direito universal e acesso à cidadania. O ano de 1981, é declarado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o Ano Internacional da Pessoa Deficiente. Figueira (2008, p.115) afirma que, a partir de 1981, a pessoa com deficiência toma consciência de si e passa a se 'organizar politicamente', e em consequência, passa a ser notada na sociedade. Fundamentado nesse marco foram construídas legislações de caráter social voltadas para a equiparação de oportunidades para aqueles com limitações físicas, sensoriais ou cognitivas.

De acordo com Mazzoni (2001, p. 31), “a acessibilidade não deve ser caracterizada por um conjunto de normas e leis, e sim por um processo de observação e construção, feitos por todos os membros da sociedade”. Assim, faz-se necessário que todo o ambiente circundante à biblioteca seja acessível, desde os aspectos físicos do espaço até

Os termos de designação dos funcionários e demais usuários, em relação à pessoa com deficiência. Para que a PCD esteja verdadeiramente inserida na sociedade, a mesma deve estar organizada de modo a eliminar as barreiras de acessibilidade, institucionais e atitudinais. (LARAIA, 2009, p. 37).

Para Sasaki (2005, p. 19-23), uma sociedade que integra a pessoa com deficiência deve contemplar a acessibilidade em seis dimensões. Abaixo, o Quadro 1 apresenta as dimensões descritas por Sasaki:

Quadro 1 – Tipos de Acessibilidade (Sasaki)

Tipo de Acessibilidade	Características
Acessibilidade Arquitetônica	Não existem barreiras ambientais físicas em nenhum espaço ou equipamento urbanos e nos meios de transporte individuais ou coletivos.
Acessibilidade Comunicacional	Não existem barreiras na comunicação interpessoal, na comunicação escrita (textos em braile, textos com letras ampliadas para quem tem baixa visão, computadores e outras tecnologias acessíveis) e virtual (acessibilidade digital).
Acessibilidade Metodológica	Não existem barreiras nos métodos e técnicas de estudo, de trabalho, de ação comunitária (no âmbito social, cultural, artístico, baseado em participação ativa) e de educação dos filhos (no âmbito familiar).
Acessibilidade Instrumental	Não existem barreiras nos instrumentos e utensílios de estudo, de atividades da vida diária e de lazer e recreação.
Acessibilidade Programática	Não existem barreiras invisíveis embutidas em políticas públicas (leis, decretos, medidas provisórias) ou em regulamentos e normas de um geral (institucionais, escolares, comunitários).
Acessibilidade Atitudinal	Não existem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações, que são quebrados por meio de programas e práticas de sensibilização e de conscientização das pessoas em geral e da convivência na diversidade humana.

Fonte: Sasaki, 2005

O atendimento a essas dimensões de acessibilidade possibilita à PCD participar ativamente da sociedade e democratizam o acesso a informação, produtos e serviços, encaminhando para o desenho universal.

O conceito de desenho universal está definido conforme as leis federais nº 13.146/15 (BRASIL, 2015), a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência

(Estatuto da Pessoa Com Deficiência) e 10.098/00 (BRASIL, 2000), que estabelecem normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade, e pelas normas técnicas. O anexo A da ABNT NBR 9050/2015, informa que

“Este conceito propõe uma arquitetura e um design mais centrados no ser humano e na sua diversidade. Estabelece critérios para que edificações, ambientes internos, urbanos e produtos atendam a um maior número de usuários, independentemente de suas características físicas, habilidades e faixa etária, favorecendo a biodiversidade humana e proporcionando uma melhor ergonomia para todos” (ABNT, NBR 9050/2015, p. 139).

O Desenho Universal dispõe sete critérios de acessibilidade que devem ser adotados em planejamentos e obras de acessibilidade, apresentados a seguir:

- 1. Uso equitativo:** é a característica do ambiente ou elemento espacial que faz com que ele possa ser usado por diversas pessoas, independentemente de idade ou habilidade. Para ter o uso equitativo deve-se: propiciar o mesmo significado de uso para todos; eliminar uma possível segregação e estigmatização; promover o uso com privacidade, segurança e conforto, sem deixar de ser um ambiente atraente ao usuário;
- 2. Uso flexível:** é a característica que faz com que o ambiente ou elemento espacial atenda a uma grande parte das preferências e habilidades das pessoas. Para tal, devem-se oferecer diferentes maneiras de uso, possibilitar o uso para destros e canhotos, facilitar a precisão e destreza do usuário e possibilitar o uso de pessoas com diferentes tempos de reação a estímulos;
- 3. Uso simples e intuitivo:** é a característica do ambiente ou elemento espacial que possibilita que seu uso seja de fácil compreensão, dispensando, para tal, experiência, conhecimento, habilidades linguísticas ou grande nível de concentração por parte das pessoas;
- 4. Informação de fácil percepção:** essa característica do ambiente ou elemento espacial faz com que seja redundante e legível quanto a apresentações de informações vitais. Essas informações devem se apresentar em diferentes modos (visuais, verbais, táteis), fazendo com que a legibilidade da informação seja maximizada, sendo percebida por pessoas com diferentes habilidades (cegos, surdos, analfabetos, entre outros);

5. **Tolerância ao erro:** é uma característica que possibilita que se minimizem os riscos e consequências adversas de ações acidentais ou não intencionais na utilização do ambiente ou elemento espacial. Para tal, devem-se agrupar os elementos que apresentam risco, isolando-os ou eliminando-os, empregar avisos de risco ou erro, fornece opções de minimizar as falhas e evitar ações inconscientes em tarefas que requeiram vigilância;
6. **Baixo esforço físico:** nesse princípio, o ambiente ou elemento espacial deve oferecer condições de ser usado de maneira eficiente e confortável, com o mínimo de fadiga muscular do usuário. Para alcançar esse princípio deve-se: possibilitar que os usuários mantenham o corpo em posição neutra, usar força de operação razoável, minimizar ações repetidas e minimizar a sustentação do esforço físico.
7. **Dimensão e espaço para aproximação e uso:** essa característica diz que o ambiente ou elemento espacial deve ter dimensão e espaço apropriado para aproximação, alcance, manipulação e uso, independentemente de tamanho de corpo, postura e mobilidade do usuário. Desta forma, deve-se: implantar sinalização em elementos importantes e tornar confortavelmente alcançáveis todos os componentes para usuários sentados ou em pé, acomodar variações de mãos e empunhadura e, por último, implantar espaços adequados para uso de Tecnologia Assistiva (TA) ou assistentes pessoais.

Para alcançarmos o status de sociedade inclusiva, que adota o desenho universal, há passos fundamentais a serem seguidos. Para Maciel (2000, p. 54), os primeiros passos são:

“um trabalho de sensibilização contínuo e permanente por parte de grupos e instituições que já atingiram um grau efetivo de compromisso com a inclusão de pessoas com deficiência junto à sociedade; capacitação de profissionais de todas as áreas para o atendimento das pessoas com algum tipo de deficiência; elaboração de projetos que ampliem e inovem o atendimento dessa clientela; divulgação da Declaração de Salamanca e outros documentos congêneres, da legislação, de informações e necessidades dos portadores de deficiência e da importância de sua participação em todos os setores da sociedade “

3 ACESSIBILIDADE: EVOLUÇÃO NORMATIVA

Neste capítulo, serão abordados leis, decretos, portarias, manifestos e ações que contribuem com a maximização da acessibilidade no Brasil e no mundo.

Um marco histórico da discussão sobre inclusão social foi a Declaração Universal dos Direitos Humanos (NAÇÕES UNIDAS, 1948), em meados do século XX. Nesse documento afirma-se que “as pessoas que sofrem de deficiência devem exercer os seus direitos políticos, sociais e culturais em condições de total igualdade em relação às pessoas não deficientes” (SILVA, 2004, p. 1). É ali que a condição de cidadão dessas pessoas é assegurada. A partir desse documento tem início um aumento exponencial de publicações importantes em prol desse grupo, como a Declaração universal dos direitos das pessoas deficientes, de 9 de dezembro de 1975 (NAÇÕES UNIDAS, 1975).

No Brasil, os primeiros debates voltados para a pessoa com deficiência têm início na década de setenta. Antes da Constituição Federal de 1988, o tema havia sido tratado na Emenda Constitucional nº 12, de 17 de outubro 1978, e dizia respeito apenas a critérios de edificação.

A Constituição de 1988 introduz de forma factível a temática na legislação brasileira. No artigo 227º é garantido à pessoa com deficiência que,

§ 2º - A lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência”. (BRASIL, 1988, Art. 227).

Nos anos 1990, documentos de nível internacional foram criados com a participação do Brasil, como: a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa Portadora de Deficiência (Guatemala, 1999, consolidando-se no Brasil em 2001).

O Poder Legislativo brasileiro, no início do milênio, regulamentou as Leis Federais nº 10.048 e 10.098, que tratam diretamente sobre acessibilidade, atendimento prioritário e introduzem penalidades ao descumprimento da legislação. Em 09 de outubro de 2000 é criado “O Estatuto do Portador de necessidades Especiais (Projeto de Lei 3638/00)”, que em seu Art. 9º determinava que “nenhuma pessoa com deficiência será objeto de discriminação”. Além disso, definia discriminação como “§ 1º [...]qualquer distinção, restrição ou exclusão em razão da deficiência, mediante ação ou omissão, que

tenha o propósito ou efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício de seus direitos e liberdades fundamentais”. Em outubro de 2003, o estatuto foi alterado com contribuição de técnicos, professores, familiares, profissionais da área e pessoas com deficiência, e foi renomeado como Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Nesse ano houveram diversos movimentos sociais em prol dos direitos da pessoa com deficiência, que resultaram em propostas de melhoria ao Estatuto, e que foram incluídas no Projeto de Lei do Senado 429/03, de autoria do Senador Paulo Paim. Alguns dos pontos que foram incluídos:

1. Não perder o que já foi conquistado, aprimorando os artigos vinculados;
2. Aumento da renda per capita familiar, para que o maior número de pessoas com deficiência tenha acesso a um salário mínimo;
3. Nomenclatura, garantindo um termo internacional e denominando como Estatuto da Pessoa com Deficiência;
4. Acessibilidade universal como eixo central;
5. Reserva de vagas em empresas públicas e privadas, e cargos em comissão;
6. Regulamentação da profissão de intérprete de LIBRAS e a regulamentação da lei que oficializa a Língua Brasileira de Sinais;
7. Criminalização do preconceito e direito à justiça.

É notável a mudança da disposição e aplicação das ações em prol da acessibilidade a partir da virada do milênio. Após a instituição do Estatuto da Pessoa com Deficiência, tem início a criação de uma legislação nacional de inclusão. O texto que viria a ser a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência foi apresentado pelo senador Paim em 2003 e após doze anos de trâmite legislativo, a LBI foi finalmente sancionada pela presidente Dilma Rousseff (Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015, [BRASIL, 2015]). Essa lei reúne mais de cem medidas do governo direcionadas às pessoas com deficiência, no âmbito dos direitos civis, econômicos, sociais e culturais.

No sítio do Senado Federal, está disponível um Guia da Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015), elaborado pela senadora Mara Gabrilli. Ele traz informações a respeito da LBI em linguagem coloquial, além de um resumo cronológico, desde a apresentação do texto da lei, em 2000, até a sanção do projeto, em 2015.

Ademais, outra conquista da nossa sociedade foi a instituição da Semana Nacional da Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência pelo Projeto de Lei do Senado nº 712, de 2007 (BRASIL, 2007), sendo comemorada anualmente entre os dias 4 e 10 de dezembro. O Artigo 1º, em seu parágrafo único dispõe:

“As comemorações da Semana Nacional da Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência terão cunho informativo-cultural, visando promover em toda a sociedade brasileira o debate da inclusão e da ampliação da cidadania da Pessoa com Deficiência, e favorecer o aprimoramento das políticas públicas que apontem nessa direção” (BRASIL, 2007, Projeto de lei nº 712. 2007)

O Senador Flávio Arns, no ato que institui a criação da Comemoração, a define como “um espaço cativo para o debate sobre os direitos da Pessoa com Deficiência na agenda nacional”.

Um dos marcos de maior relevância da legislação brasileira que pauta os direitos das PCD, é o Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, que promulga a Convenção internacional das pessoas com deficiência e seu protocolo facultativo, aonde ratifica os direitos e liberdades universais às pessoas com deficiência. Por fim, temos a promulgação da Lei Brasileira de Inclusão (LBI) em 2015, que em seu Art. 02 dispõe que:

“Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”.

3.1 Aspectos Terminológicos

É primordial para uma sociedade inclusiva que a linguagem também o seja, pois nela se evidencia o respeito ou a discriminação em relação a deficiência presente no senso comum.

De acordo com Sasaki (1997, p. 47):

“Os problemas das pessoas com necessidades especiais não estão nela tanto quanto estão na sociedade. Assim, a sociedade é chamada a ver que ela cria problemas para as pessoas portadoras de necessidades especiais, causando-lhes incapacidades no desempenho de papéis sociais”.

Para esse autor, é dever de todos modificar a sociedade para torná-la capaz de acolher todas as pessoas. Desse modo, é essencial que a sociedade como um todo se atente às maneiras corretas de tratamento às PCD. Para tanto, é necessário rever os termos utilizados anteriormente, visto que eles refletem o estigma que prevalece na sociedade.

Nos meados do século XX, não havia grandes debates acerca da terminologia exata para se referir à pessoa com deficiência, sendo comum se referir a essas pessoas como “inválido”, “descapacitado”, “incapacitado”. Até esse momento da sociedade existia a falha ideia de que pessoas sem deficiência eram “normais”.

Apenas na segunda metade do século a noção de normalidade mingua e desponta a ideia de que pessoas com deficiência devem possuir os mesmos direitos e deveres que pessoas sem deficiência. Silva (1986) acredita que a mudança de percepção se deve mais à necessidade de força de trabalho gerada pelo pós-guerra, que trouxe as pessoas com deficiência e mulheres para perto da sociedade, do que a uma sensibilização com a realidade dessas pessoas.

Em 1962, teve início nos Estados Unidos os primeiros movimentos a favor direitos das PCD. Ao fim da década de sessenta começaram protestos organizados e protagonizados por pessoas com deficiência. Em 1972, na Califórnia, foi fundado por Ed Roberts, um protestante PCD, o primeiro Centro de Vida Independente, uma organização não-governamental sem fins lucrativos, que ressaltava as potencialidades das pessoas com deficiência e possibilitou a criação de recursos e serviços de apoio para essas pessoas, que equivocadamente, eram consideradas incapacitadas.

A Constituição Brasileira de 1967, utilizava o termo “deficiente” e nos anos seguintes adotou o termo “portador de necessidades especiais”. A Constituição de 1988, mais progressista, propunha a “integração” do “portador de deficiência”. O uso de tais termos implica que deve haver a reabilitação individual para que, por méritos próprios, a PCD pudesse ser integrada ou reintegrada nos sistemas gerais de educação, saúde e trabalho, isto é, na sociedade (Sasaki, 1997).

No fim dos anos noventa inicia-se o uso da terminologia Pessoa com Deficiência ou PCD, que é utilizada até os dias de hoje. No PLS 429/03 é finalmente oficializado o uso dessa terminologia em detrimento de “portador de necessidades especiais”, com alteração na nomenclatura do Estatuto vigente.

A opção por essa terminologia é de caráter global, fazendo parte do texto da Convenção Internacional para Proteção e Promoção dos Direitos e Dignidade das Pessoas com Deficiência, aprovada pela Assembleia Geral da ONU em 2004.

Estes são os princípios básicos para os movimentos nacionais e internacionais terem optado pelo termo Pessoas com Deficiência:

1. Não esconder ou camuflar a deficiência;
2. Não aceitar o consolo da falsa ideia de que todo mundo tem deficiência;
3. Mostrar com dignidade a realidade da deficiência;
4. Valorizar as diferenças e necessidades decorrentes da deficiência;
5. Combater neologismos que tentam diluir as diferenças, tais como “pessoas com capacidades especiais”, “pessoas com eficiências diferentes”, “pessoas com habilidades diferenciadas”, “pessoas deficientes”, “pessoas especiais”, “é desnecessário discutir a questão das deficiências porque todos nós somos imperfeitos”.
6. Defender a igualdade entre as pessoas com deficiência e as demais pessoas em termos de direitos e dignidade, o que exige a equiparação de oportunidades para pessoas com deficiência atendendo às diferenças individuais e necessidades especiais, que não devem ser ignoradas;
7. Identificar nas diferenças todos os direitos que lhes são pertinentes e a partir daí encontrar medidas específicas para o Estado e a sociedade diminuírem ou eliminarem as “restrições de participação” (dificuldades ou incapacidades causadas pelos ambientes humano e físico contra as pessoas com deficiência).

3.2 Normas de Acessibilidade

A NBR 9050/04, elaborada pelo Comitê Brasileiro de Acessibilidade (ABNT/CB-40), pela Comissão de Edificações e Meio (CE- 40:001.01), estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto a adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade.

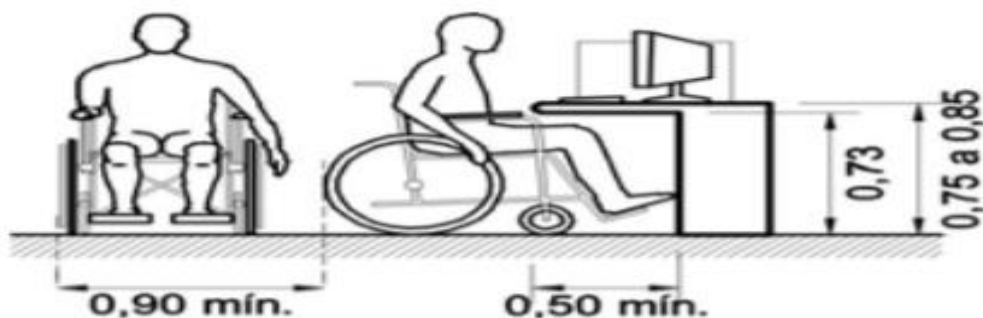
3.2.1 A Norma quanto a pessoa em cadeira de rodas (P.C.R.)

Para bibliotecas e centros de leitura a norma disponibiliza as seguintes orientações para usuários em cadeiras de rodas:

1. É exigido que, no mínimo, 5% das mesas sejam acessíveis. A metragem adequada para uso das mesas de estudo e pesquisa é 0.90m de largura frontal e 0.50m de

recuo, no mínimo (figura 1). Na figura há o desenho de duas pessoas em cadeira de rodas (P.C.R.), a primeira está de frente e a segunda de lado, utilizando um computador.

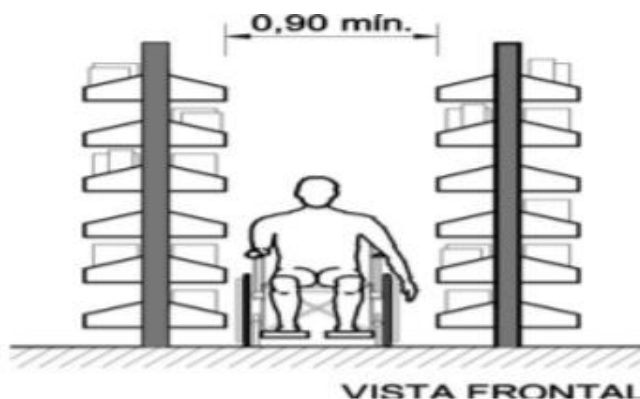
Figura 1 – Metragem adequada para Utilização de Mesa para Pesquisa Virtual



Fonte: ABNT- NBR 9050 (2004)

2. A distância ideal entre as estantes do acervo deve ser, no mínimo, 0,90m de largura (figura 2). A imagem consiste na visão frontal de uma P.C.R. entre duas estantes de livros, com indicação do espaçamento adequado para a circulação do cadeirante.

Figura 2 – Distância Adequada entre as Estantes do Acervo de Livros

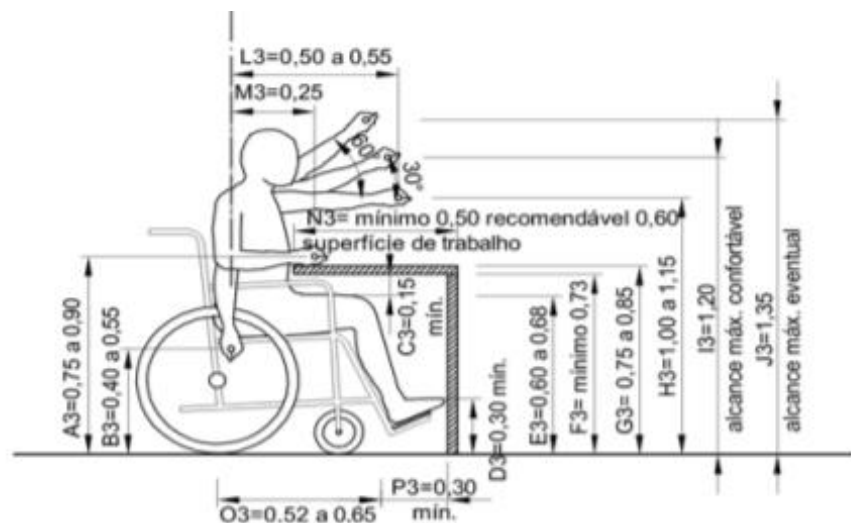


Fonte: ABNT- NBR 9050 (2004)

Ademais, nos corredores entre as estantes do acervo, a cada 15 m, deve haver um espaço que permita a manobra da cadeira de rodas, para facilitar a locomoção no acervo.

3. A altura das prateleiras deve atender às faixas de alcance manual e os parâmetros visuais da pessoa em cadeira de rodas (P.C.R.), possibilitando que o usuário escolha os livros nas prateleiras sem precisar solicitar auxílio, garantindo sua autonomia. A norma estabelece, ainda, a metragem adequada de alcance, frontal e lateral, da P.C.R. nas estantes e prateleiras (figura 3). A imagem é um desenho da visão lateral de uma P.C.R. fazendo o movimento de alcançar um livro na estante, a imagem traz ainda as metragens adequadas para alcance que garantam conforto e autonomia ao usuário.

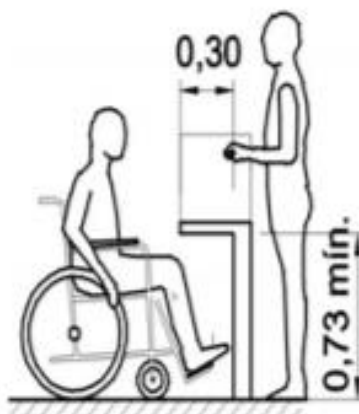
Figura 3 – Altura das Estantes e Prateleiras



Fonte: ABNT- NBR 9050 (2004)

4. Os balcões de atendimento ao usuário também devem estar acessíveis à P.C.R., localizando-se em espaços de fácil acesso e com a metragem adequada. A superfície do balcão deve ter uma extensão de no mínimo 0,90m, como também deve possuir altura de no máximo 0,90m do piso. A parte da aproximação frontal do balcão deve medir altura inferior a 0,73m (figura 4). A imagem consiste na gravura de uma P.C.R. em frente a um balcão de atendimento, com altura de 0,73m e largura de 0,30m, atrás do balcão há uma pessoa realizando o atendimento.

Figura 4 – Dimensões do balcão de atendimento



Fonte: ABNT- NBR 9050 (2004)

3.3 A norma quanto a sinalização

Sinalizar está no dicionário como: “pôr marcas, sinais, inscrições, em locais determinados, a fim de prestar informações a quem por ali passa” (SINALIZAR, 2001, p. 2576). De acordo com Sebin e Amaral (2008, p. 2):

“Uma sinalização adequada pode identificar e localizar o acervo da biblioteca, orientar os usuários para o acesso e uso de recursos humanos, melhorar a acessibilidade, identificar recursos, áreas de serviços, acomodações, notificar mudanças ou condições temporárias”

As informações essenciais aos espaços nas edificações, no mobiliário e nos equipamentos urbanos devem ser utilizadas de forma visual, sonora ou tátil, de acordo com o princípio dos dois sentidos: a informação deve ocorrer através do uso de no mínimo dois sentidos: visual e tátil ou visual e sonoro (ABNT NBR 9050/2015). Conforme o quadro 2:

Quadro 2 - Aplicação e formas de informação e sinalização

Aplicação	Instalação	Categoria	Tipos		
			Visual	Tátil	Sonora
Edificação/ Espaço/	Permanente	Direcional/ informática			
		Emergência			

Equipamento	Temporária	Direcional/ informática			
		Emergência			
Mobiliários	Permanente	Informativa			
	Temporária	Informativa			
<p>NOTA As peças de mobiliário contidas nesta Tabela são aquelas onde a sinalização é necessária, por exemplo, bebedouros, telefones etc.</p>					

Fonte: ABNT NBR 9050/2015

O item 5.2.9.2.3 da NBR 9050/2015 dispõe que a sinalização dos ambientes deve ser, também, tátil. O desenho do símbolo deve atender às seguintes condições:

- a) contornos fortes e bem definidos;
- b) simplicidade nas formas e poucos detalhes;
- c) estabilidade da forma;
- d) altura dos símbolos: no mínimo 80 mm;
- e) altura do relevo: 0,6 mm a 1,20 mm;
- f) distância entre o símbolo e o texto: 8 mm;
- g) utilização de símbolos de padrão internacional.

O item 5.2.9.2.4.1 afirma ainda que as informações em Braille não dispensam a sinalização visual e tátil, com caracteres e símbolos em relevo.

A indicação de acessibilidade deve ser feita por meio do símbolo internacional de acesso (SAI). A representação do símbolo internacional de acesso consiste em um pictograma em branco sobre fundo azul, com a representação gráfica de uma pessoa em cadeira de rodas (figura 6). O símbolo deve se apresentar sem modificações, estilizações ou adições (ABNT NBR 9050:2015).

Figura 6 - Símbolo Internacional de Acesso (SAI)



Fonte: ABNT NBR 9050/2015

Este símbolo é destinado a sinalizar os locais acessíveis, como entradas, áreas e vagas de estacionamento de veículos, áreas de embarque e desembarque de passageiros com deficiência, sanitários, saídas de emergência, áreas reservadas para pessoas em cadeira de rodas e equipamentos e mobiliários preferenciais para o uso de pessoas com deficiência.

A norma orienta ainda, quanto a sinalização tátil e visual no piso (podotátil), que deve ser instalada no sentido do deslocamento das pessoas, em ambientes internos e externos, para indicar caminhos preferenciais de circulação. O uso da sinalização tátil e visual no piso é importante para alertar as PCD para situações de perigo ou obstáculos durante o deslocamento. A sinalização tátil no piso é utilizada, principalmente, para auxiliar pessoas com deficiência visual, das que têm baixa visão às cegas, a trafegarem sozinhas, facilitando sua movimentação em lugares familiares e proporcionando o reconhecimento de espaços onde trafegam pela primeira vez.

A seguir, o quadro 3 dispõe as dimensões, em milímetros, da sinalização tátil e visual direcional:

Quadro 3 - Dimensão da sinalização do podotátil

Piso tátil direcional	Recomendado	Mínimo	Máximo
Largura da base do relevo	30	30	40
Largura do topo	25	20	30

Altura de relevo	4	3	5
Distância horizontal entre os centros de relevo	83	70	85
Distância horizontal entre as bases de relevo	53	45	55
Relevos táteis direcionais instalados no piso	Recomendado	Mínimo	Máximo
Largura da base do relevo	40	35	40
Largura do topo do relevo	Largura da base do relevo menos 10		
Distância horizontal entre centros de relevo	Largura da base do relevo mais 30		
Altura de relevo	4	3	5

Fonte: ABNT NBR 9050/2015

4. METODOLOGIA

Nesta etapa do trabalho serão apresentados a metodologia e as técnicas de pesquisa utilizadas para levantar as informações. Segundo Oliveira, “a metodologia estuda os meios ou métodos de investigação do pensamento correto e do pensamento verdadeiro, e procura estabelecer a diferença entre o que é verdadeiro e o que não é entre o que é real e o que é ficção” (OLIVEIRA, 1997).

4.1 Tipo de pesquisa

Este estudo é de caráter descritivo e foi desenvolvido a partir de pesquisa bibliográfica, que de acordo com Gil (1991, p. 50), é o uso de materiais já elaborados sobre o tema abordado.

“ A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Esta vantagem se torna particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. “

As fontes bibliográficas utilizadas são artigos de periódicos eletrônicos, que por sua vez, foram recuperados em bases de dados da área de biblioteconomia e ciência da informação.

Ademais, esta pesquisa se caracteriza como um estudo de caso descritivo, visto que aborda um fenômeno individual: A Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho.

4.2 Universo da pesquisa

O universo da pesquisa compreende a Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho e o edifício que a acomoda, o Senado federal.

4.3 A Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho – biblioteca do senado federal

Este trabalho é um estudo sobre os aspectos de acessibilidade da biblioteca do Senado Federal, uma biblioteca especializada legislativa, cujo objetivo é apoiar a atividade parlamentar e suas demandas.

As seguintes informações acerca do histórico, biblioteca digital e acervo estão disponíveis na página da Biblioteca no sítio do Senado Federal. ²

4.3.1 Histórico

A Biblioteca do Senado Federal tem como missão fornecer suporte informacional às atividades desenvolvidas no âmbito do Senado Federal e do Congresso Nacional. Sua criação data do dia 18 de maio de 1826, e à época, chamava-se "Livreria do Senado". A iniciativa partiu do Barão de Cairu, pela necessidade de adquirir publicações para auxiliar os senadores nos trabalhos legislativos. Em 1961, a Biblioteca foi transferida para o Palácio do Congresso Nacional, em Brasília, devido a mudança da capital da República.

A partir de 1972, a Biblioteca do Senado Federal em parceria com o Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen) iniciou a automação do acervo, originando a Rede Sabi. No mesmo ano, foi criada a Secretaria de Documentação e Informação, responsável pelo tratamento das informações legislativas e bibliográficas.

Durante a presidência do Senador Luiz Viana Filho, a Biblioteca foi ampliada e rebatizada com o nome do atual presidente do Senado, em 1979. Em 12 de março de 1997, a página da Biblioteca foi lançada na Internet, disponibilizando o seu catálogo geral, incluindo livros, revistas, artigos de jornais e obras raras.

Em dezembro de 2000 foi adotado o formato de intercâmbio bibliográfico MARC, e a rede Sabi transformou-se em Rede Virtual de Bibliotecas – RVBI, gerenciada pela Biblioteca do Senado até os dias de hoje.

Em 2006, foi criada a Biblioteca Digital do Senado Federal - BDSF, cuja função é “Armazenar, preservar, divulgar e possibilitar o acesso ao texto integral das publicações

² Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/biblioteca/sobre-a-biblioteca/missao-historico>. Acesso em: 02 de mar. 2021.

do Senado Federal à produção intelectual dos servidores da Casa e a outros documentos de interesse do Poder Legislativo.” (BRASIL, 2006)

Linha do tempo:

- Criação em 18 de maio de 1826;
- 1961: transferência para Brasília;
- 1972: início da automação do acervo;
- 1972: fundação da Secretaria de Documentação e Informação;
- 1979: Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho;
- 1997: lançamento do sítio da Biblioteca na Internet;
- 2000: adoção do formato MARC;
- 2006: criação da BDSF.

4.3.2 A biblioteca digital do Senado Federal - BDSF

A BDSF foi criada a partir da Portaria do Diretor-Geral nº 115, de 16 de maio de 2006. Sua primeira versão contava com 55.823 documentos digitais. A versão definitiva foi apresentada em 2007, no XXII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, ocorrido em Brasília, 2007. (ALCÂNTARA, 2013).

Muito além de um repositório institucional, ela é uma fonte segura de informação sobre o Parlamento e sobre o Senado Federal. Portanto, atende à visão moderna de que a biblioteca do parlamento deve servir ao público da nação, e não apenas ao parlamento.

Alcântara afirma que a BDSF objetiva:

“Apoiar o trabalho legislativo no uso da informação como subsídio à ação parlamentar, fornecer informações ao Senado Federal e ao cidadão, incentivar a formação de uma rede de bibliotecas legislativas digitais no âmbito estadual e municipal” (ALCÂNTARA, 2012, p. 2).

O sítio oficial do Senado Federal informa que, atualmente a BDSF disponibiliza mais de 250 mil documentos de interesse do Poder Legislativo. O acervo online divide-se entre livros, obras raras, artigos de revista, notícias de jornal, produção intelectual de senadores e servidores do Senado Federal, legislação em texto e áudio, entre outros documentos. O sítio informa também que as obras publicadas na BDSF são de domínio público ou possuem direitos autorais cedidos pelos proprietários, cujo acesso e download são gratuitos.

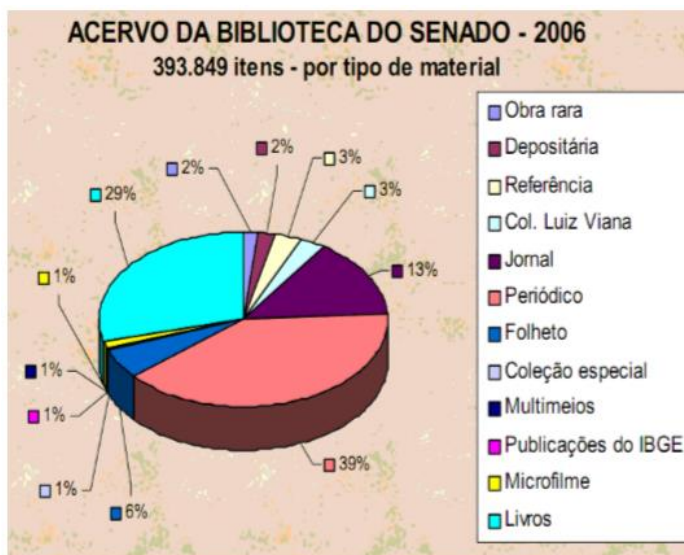
4.3.3 Acervo

A Biblioteca do Senado Federal possui um acervo multidisciplinar a serviço dos parlamentares e colaboradores da Casa. Seu conteúdo é especializado em Ciências Sociais, cujas obras compõem 65% do total, e são distribuídos pelas áreas do Direito (34%), Economia (10%), Ciência Política (9%), Sociologia e antropologia (4%), e Educação (3%).

A Biblioteca possui aproximadamente 215 mil livros, dos quais 10.500 são obras de referência e 30.408 são folhetos, essa coleção cresce, anualmente, cerca de 5 mil publicações. A coleção de revistas conta com publicações impressas, nacionais e estrangeiras, inclui também anuários e almanaques, que totalizam cerca de 6.530 títulos.

O acervo da Biblioteca, em 2006, somava 393.849 itens, divididos por tipo de material (gráfico 1): obra rara 2%, depositária 2%, referência 3%, Coleção Luiz Viana 1%, jornal 13%, periódico 39%, folheto 6%, coleção especial 1%, multimeios 1%, publicações do IBGE 1%, microfilme 1%, livros 29%.

Gráfico 1 – Acervo da Biblioteca do Senado em 2006



Fonte: OLIVEIRA, 2006

O conjunto de Multimeios é composto por cerca de 2.517 itens, incluindo CDs, DVDs, mapas e slides, e também por 4.132 microfimes de 103 títulos dos principais jornais do país a partir de 1810, além de relatórios ministeriais e presidenciais do Brasil, da época do Império e da Primeira República.

As obras raras da Biblioteca assomam 8.567 volumes, entre livros, revistas, jornais e mapas. Em 2009 teve início a digitalização dessas publicações, que agora fazem parte da Coleção Digital de Obras Raras, de acesso público pela Internet. A coleção particular do Senador Luiz Viana Filho, com 11.724 publicações, foi adquirida pelo Senado Federal em 1997 e está incorporada ao acervo.

A Biblioteca também disponibiliza diversas publicações em Braille: estatutos e leis, constituições e coletâneas de legislações. Essas publicações são produzidas pelo Serviço de Impressão em Braille da Secretaria de Editorações e Publicações (SEGRAF).

4.3.3.1 Serviço de Jornais - SEJOR

O Serviço de Jornais é responsável por selecionar e indexar artigos de jornais desde 1972. A coleção é formada por aproximadamente 3 milhões de recortes de matérias selecionadas de treze jornais brasileiros: Brasil Econômico, Correio Braziliense, O Dia, O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo, O Globo, Jornal do Brasil, Tribuna do Brasil, Tribuna da Imprensa, Jornal da Tarde, Gazeta Mercantil, Jornal de Brasília e Valor Econômico.

São recortes de cerca de 7 mil assuntos e estão organizados em pastas por tema. Desde 1987, artigos de jornais, especialmente os de Opinião, e os de autoria de senadores, fazem parte da base de dados de jornais da RVBI. Em 2004, foi implantado o Banco de Notícias (BNOT), sistema de clipping eletrônico de recortes de jornais, com o texto integral, totalizando mais de 200 mil documentos.

A Biblioteca recebe atualmente oito jornais brasileiros: Brasil Econômico, Correio Braziliense, O Dia, O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo, O Globo, Jornal de Brasília e Valor Econômico.

4.4 O plano de acessibilidade do senado federal: 2019-2021

O Plano de Acessibilidade (PA) é organizado pelo Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais (NCAS), e é definido como o “instrumento de gestão adotado pelo Senado Federal na implementação de ações relacionadas à promoção de acessibilidade às pessoas com deficiência³”. O Plano tem como base a legislação sobre

³ BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. **Plano de acessibilidade 2019-2021**/ Senado Federal. Brasília: Senado Federal, [2019]. Disponível em:

acessibilidade, com destaque para a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, cujo texto foi aprovado pelo Decreto Legislativo nº 108 de 2008, e a LBI, Lei nº 13.146/2015 (BRASIL, 2015).

A construção desse plano contou com o auxílio de funcionários com deficiência e dos seguintes departamentos: Diretoria-Geral (DGER), Secretaria de Infraestrutura (SINFRA), Secretaria de Polícia Legislativa (SPOL), Secretaria de Gestão de Informação e Documentação (SGIDOC), Coordenação de Biblioteca (COBIB), Secretaria de Patrimônio (SPATR) e Secretaria de Editoração e Publicações (SEGRAF).

A seguir estão os Quadros 4, 5 e 6, um apanhado de dados provenientes do Plano de Acessibilidade, com o objetivo de esclarecer os critérios de acessibilidade priorizados pela instituição:

Quadro 4 - Projetos referentes à acessibilidade arquitetônica

Objetivo	Departamento responsável
Promover acessibilidade nas áreas do Edifício Principal e Anexo I, assegurar acessibilidade do Anexo II.	SINFRA
Tornar todos os banheiros acessíveis às PCD.	SINFRA
Garantir acessibilidade arquitetônica nas portarias do Senado Federal.	SINFRA

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 5 - Projetos referentes à acessibilidade informacional

Objetivo	Departamento responsável
Realizar adequações de mobiliário e adquirir produtos de Tecnologia Assistiva (TA), para promover acessibilidade à Biblioteca do Senado Federal.	SGIDOC/COBIB
Disponibilizar atendimento em Libras para pessoas com deficiência auditiva nas recepções.	SPOL

Instalar aro magnético nas portarias para atendimento a pessoas com deficiência auditiva.	SPATR
Produzir material institucional com letras ampliadas, para pessoas com baixa visão.	SEGRAF

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 6 - Projetos referentes à mobilidade

Objetivo	Departamento responsável
Instalar piso tátil nas dependências do Senado Federal, exceto nas áreas tombadas	SINFRA
Adquirir triciclos motorizados e cadeiras de rodas	SPOL/SEGEP
Regulamentar a utilização das vagas de estacionamento reservadas para PCD	DGER
Sinalizar o atendimento prioritário nas recepções	SPATR

Fonte: Elaborado pela autora.

De acordo com o PA, todas essas medidas estão implementadas ou em processo de implementação. Nos tópicos seguintes estão expostos os dados que demonstram a aplicação dessas propostas.

4.5 LIMITES DA PESQUISA

O ano de 2020 ficará marcado na história do Brasil e do mundo, pelo início do combate à pandemia de COVID-19, por meio de quarentenas, isolamento social e o chamado *lockdown*. No decorrer deste ano diversos seguimentos da sociedade se virão na obrigação de interromper suas atividades: shoppings, bares, parques, restaurantes, escolas, universidades e bibliotecas.

Foi nesse cenário novo e cheio de incertezas, que se deu o desenvolvimento desta pesquisa. Por ser um estudo de caso, este trabalho demandava investigações presenciais e contato direto com funcionários e usuários da biblioteca.

Devido à pandemia, várias das tentativas de contato foram infrutíferas. Como dito anteriormente, a atividade presencial das bibliotecas está interrompida. Sendo assim, todos os dados referentes à acessibilidade da Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho foram obtidos por meios alternativos, como envio de e-mail para o Portal da Transparência do Senado Federal. Não foi possível, por exemplo, localizar usuários e funcionários com deficiência para aplicação de questionário e entrevista.

Com a ausência dessas ferramentas a presente pesquisa sofreu diversas alterações: a princípio o propósito deste trabalho era identificar a satisfação de usuários com deficiência ao utilizar a Biblioteca do Senado Federal e seus serviços. A cada barreira imposta pela pandemia, fomos buscando alternativas e novas fontes de informação. Desse modo, o levantamento de dados desta pesquisa foi estendido, ocorrendo entre fevereiro de 2020 e março de 2021.

Apesar de todos os obstáculos, por fim, a pesquisa atingiu seu objetivo cardinal: oferecer à comunidade acadêmica um trabalho que roga pelo direito universal de acesso à informação.

O capítulo seguinte traz mais algumas considerações acerca da elaboração deste trabalho e sugere algumas medidas genéricas de acessibilidade que poderiam ser adotadas pela Bibliotec

5 COLETA DE DADOS

5.1 Instrumento de coleta

Para realizar a coleta de dados desta pesquisa, tentamos visitar presencialmente a Biblioteca estudada, no entanto, em decorrência da pandemia de COVID-19, não foi possível. Desse modo, foi necessário recorrer a métodos alternativos, como envio de e-mail para diversos departamentos do Senado Federal.

A coleta ocorreu durante o período que compreende março de 2020 e março de 2021. O objetivo era levantar dados que pudessem esclarecer a realidade acerca da acessibilidade arquitetônica e informacional presentes na Biblioteca do Senado Federal.

Para isso foram enviadas perguntas pela página de Transparência do sítio do Senado Federal, com base na Lei de Acesso a Informação (LAI); e também, envio de e-mails para o departamento responsável pelas questões de acessibilidade da instituição, o Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais (NCAS) e para a Coordenação de Biblioteca (COBIB). Abaixo está uma imagem da página de Transparência, aonde pode-se acessar o Serviço de Informação ao Cidadão (figura 7):

Figura 6 – Página do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)



Fonte: Portal da transparência, 2021

Outro instrumento de coleta de dados utilizado foi a observação do ambiente físico. Apesar da Biblioteca propriamente dita não estar em funcionamento, o prédio que a comporta está. Sendo assim, foi observado, a olho nu, aspectos de acessibilidade arquitetônica, como a qualidade da sinalização, condições estruturais (existência de rampas de acesso, funcionamento de elevadores, etc.) e vagas de estacionamento.

6 OS DADOS

Esse tópico objetiva expor os dados coletados sobre a Acessibilidade do Senado Federal, fornecidas via e-mail pelo Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais (NCAS) e pela Coordenação de Biblioteca (COBIB).

6.1 Aspectos de acessibilidade da Biblioteca e suas adjacências

Ter acesso a informação é direito de todos. A Constituição Brasileira de 1988 resguarda, em seu artigo 5º que “é assegurado a todos acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional” (BRASIL, 2007, p. 8). As Unidades de Informação (UI) são agentes de valor inestimável no processo de democratização do acesso à informação.

Considera-se que a missão preponderante das UI seja o cumprimento de seu papel social: saciar as necessidades e interesses informacionais da população, contribuindo para a solução de problemas sociais. Para que a missão das UI e a constituição brasileira sejam plenamente executadas, faz-se fundamental que as bibliotecas sejam espaços acessíveis a pessoas com e sem deficiência, tanto no aspecto físico do ambiente quanto nos suportes informacionais.

A importância do acesso pelas pessoas com deficiência nas bibliotecas é vista no Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 (BRASIL, 1999), que regulamenta a Lei n.7.853 e que, em seu artigo 53, afirma: as bibliotecas, os museus, os locais de reuniões, conferências, aulas e outros ambientes de natureza similar disporão de espaços reservados para pessoa que utilize cadeira de rodas e de lugares específicos para pessoa portadora de deficiência auditiva e visual, inclusive acompanhante, de acordo com as normas técnicas da ABNT, de modo a facilitar-lhes as condições de acesso, circulação e comunicação (BRASIL, 1999). Os tópicos seguintes tratam das questões de acessibilidade arquitetônica e informacional da Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho.

6.1.1 Aspectos estruturais

Acreditamos ser fundamental relatar as informações referentes à estrutura, pois segundo Almeida (2000, p. 88):

“ A falta de espaço ou o espaço inadequado para as pessoas afeta funcionários e usuários, podendo ser a causa de conflitos e relacionamentos difíceis, baixa qualidade de atendimento, insatisfação, alta rotatividade de funcionários e baixa frequência de usuários. Os mesmos problemas poderão também estar presente se questão não for a falta de espaço, mas sua inadequação, ou seja, quando apresentar barulho, desconforto, mobiliário inadequado, equipamento obsoleto ou sem manutenção, falta de segurança et

c. “

A Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho está localizada no Anexo II do Senado Federal, Bloco B, no edifício do Congresso Federal, em Brasília. O acesso principal à biblioteca é feito pela recepção do Bloco B, pela Via N2. O acesso de colaboradores, parlamentares, e visitantes com deficiência, idosos e gestantes é permitido por qualquer portaria do Congresso Nacional. O estacionamento de uso público do Senado não conta com vagas preferenciais, no entanto o estacionamento de colaboradores possui. A figura 8, abaixo, é um mapa do complexo arquitetônico do Senado, nele pode-se observar a localização dos diversos prédios e blocos do senado, a disposição dos estacionamentos, paradas de ônibus e os acessos aos edifícios.

Figura 7 – Mapa do Complexo Arquitetônico do Senado Federal



Fonte: Guia de Visitantes Senado Federal, 2021.

Para melhor compreensão das condições de acessibilidade da instituição, foram retiradas fotografias do caminho que o usuário percorre desde a entrada do Anexo II até a Biblioteca. A seguir uma fotografia da entrada do Anexo II (figura 9), ela mostra a rampa de acesso, a área de espera para triagem e identificação e a portaria da recepção.

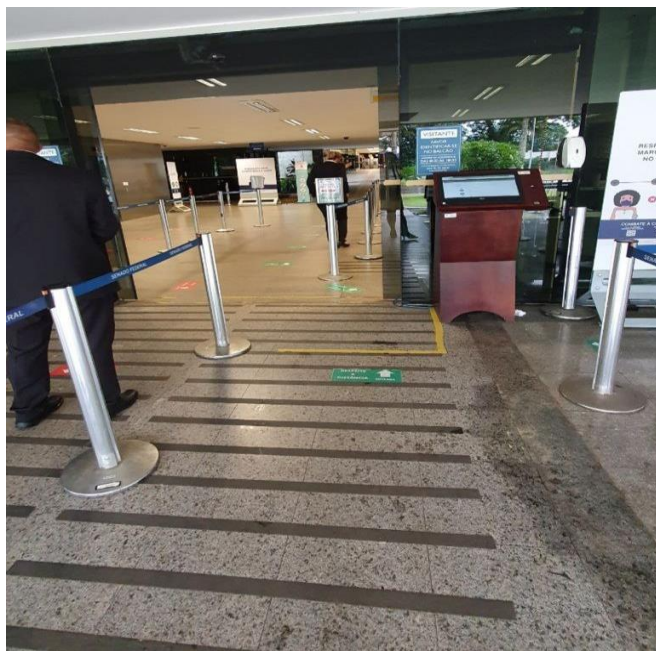
Figura 8 – Anexo II do Senado Federal



Fonte: A autora

Abaixo está uma fotografia da portaria (figura 10). Nela há um vigilante do Senado, um totem de autoatendimento para triagem e rastreamento da COVID-19, e mais à frente pode-se ver o saguão de entrada do Anexo II.

Figura 9 – Portaria do Anexo II do Senado Federal



Fonte: A autora

Em sequência, uma fotografia retirada de dentro para fora do Anexo II (figura 11). A foto abarca toda a rampa que leva até a porta da Biblioteca, mostra os jardins e parte da recepção.

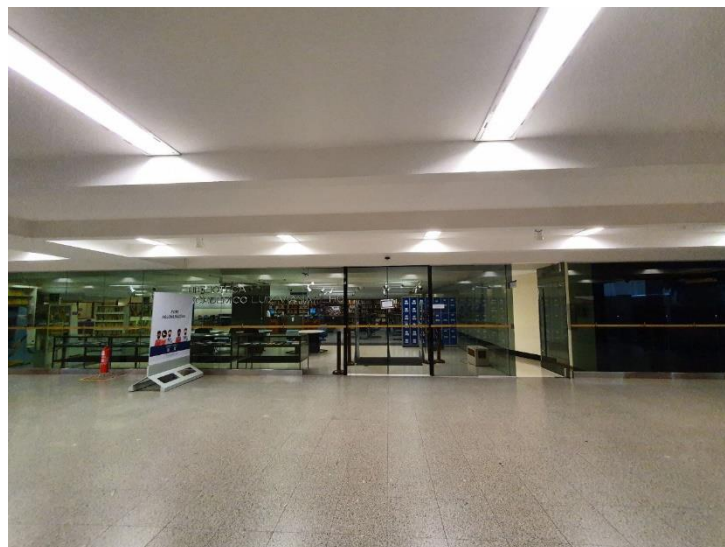
Figura 10 – Rampa de acesso a Biblioteca



Fonte: A autora

A figura 12 é uma fotografia ampla da área a frente da Biblioteca. Sua área frontal é composta por paredes e porta de vidro, dando visão ao transeunte de parte do salão da Biblioteca.

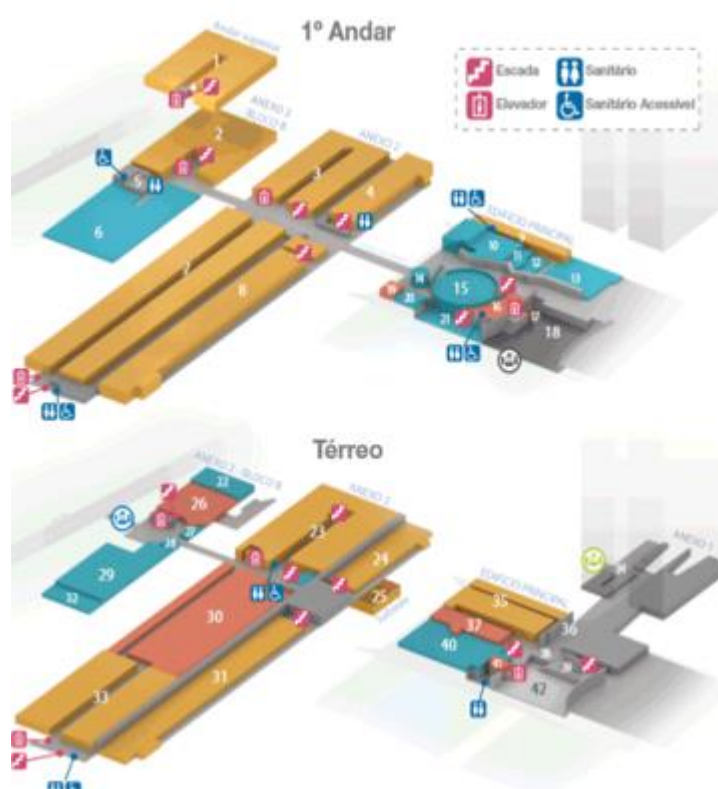
Figura 11 – Entrada da Biblioteca



Fonte: A autora

Como exibido nas figuras 9, 10, 11 e 12, o percurso entre a entrada do prédio e a Biblioteca não possui sinalização de piso para deficientes visuais, possibilitando prejuízos à mobilidade das PCD que venham transitar ali. Por outro lado, pode-se observar que por essa entrada não há degraus ou a necessidade de utilizar elevadores, diferente dos acessos Anexo I e Chapelaria, que apenas são possíveis por meio de escadarias e elevadores.

Figura 12 – Mapa interno do Senado Federal



Fonte: Guia de visitantes Senado Federal, 2021

Na figura 12, que é um mapa interno do Senado, é possível observar a localização dos elevadores e dos sanitários acessíveis, assim como os níveis do prédio. Quanto aos banheiros acessíveis não há nenhum no interior da Biblioteca, a equipe do Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais (NCAS) via e-mail, informou que:

Os banheiros acessíveis para pessoas com deficiência são os que atendem aos critérios da NBR 9050/2020. Nos últimos anos, a SINFRA realizou uma série de obras para adequação de banheiros em diversos locais, incluindo os banheiros que ficam bem em frente à Biblioteca. Entendemos que, pela proximidade, eles atendem bem aos funcionários e visitantes. (NCAS, 2021)

A área interna da Biblioteca é composta por uma ilha de autoatendimento com totens que realizam empréstimo, devolução, emissão de nada consta, etc., possui balcão de serviço de referência com dois bibliotecários disponíveis, uma livraria com as publicações da Casa, espaço de exposição, poltronas de leitura, área de estudo com mesas e tomadas disponíveis e o acervo, cuja estantes possuem espaçamento adequado para a livre movimentação dos usuários.

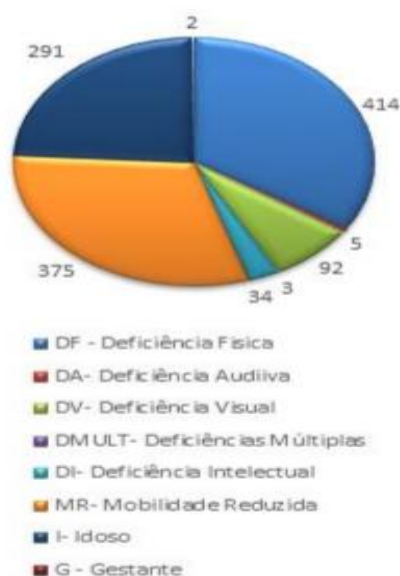
6.1.2 Acessibilidade Assistida

Foi relatado pelo NCAS a existência da chamada “Acessibilidade Assistida”, isto é, uma equipe de funcionários do Senado Federal que realiza atendimento direcionado a pessoas com deficiência, proporcionando-lhes o ingresso e trânsito nas dependências da Casa. A equipe de Acessibilidade Assistida é composta por colaboradores capacitados no atendimento a pessoas com deficiência, mobilidade reduzida, idosos, gestantes e obesos.

A Acessibilidade Assistida é uma ação contínua do Senado Federal. Atualmente há assistência nas portarias do Senado Federal, com atendimento concentrado no Salão Negro e coordenado pela Secretária de Polícia do Senado Federal (SPOL), além de atendimento ao público interno com deficiência, sob responsabilidade do Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais (NCAS).

A seguir, apresenta-se um gráfico de setores referente ao atendimento de visitantes e servidores, no ano de 2019 (gráfico 2). Neste gráfico consta que foram atendidos 1216 visitantes e servidores em 2019, dos quais: 414 têm deficiência física, 375 têm mobilidade reduzida, 291 são idosos, 92 têm deficiência visual, 34 têm deficiência intelectual, 5 têm deficiência auditiva, 3 são gestantes e 2 têm deficiências múltiplas.

Gráfico 2 – Atendimento de visitantes e servidores em 2019⁴



Fonte: Plano de Acessibilidade: 2019-2021.

Além do serviço de atendimento, O NCAS disponibiliza o empréstimo de equipamentos. O programa de Acessibilidade Assistida realiza empréstimos de cadeiras de rodas e triciclos motorizados para Senadores, Servidores e visitantes, conforme solicitação. Possibilitando assim que todos possam transitar nos ambientes do Senado Federal.

O NCAS informa que a instituição possui: 10 triciclos motorizados, 2 cadeiras de rodas motorizadas e 8 cadeiras de rodas manuais, totalizando 20 equipamentos. Informa ainda que, foram realizados 461 empréstimos para Servidores e 621 empréstimos para visitantes, totalizando 1.082 empréstimos em 2019⁵.

⁴ em virtude do Cenário imposto pela pandemia do COVID 19, em 2020 não houve elaboração relevante de atendimentos

⁵ em virtude do Cenário imposto pela Pandemia do COVID 19, em 2020 não houve elaboração relevante de empréstimos.

Figura 13 – Triciclo motorizado



Fonte: A autora

Acima, a fotografia de um triciclo motorizado (figura 14) disponível para empréstimo. E abaixo, a fotografia de uma cadeira de rodas (figura 15), também disponível para empréstimo. Ambas se encontram na recepção do Anexo II.

Figura 14 – Cadeira de rodas



Fonte: A autora

6.1.3 Dados quantitativos referentes à gestão de funcionários com deficiência no Senado Federal

A Acessibilidade do Senado Federal informou que monitora semestralmente o quantitativo de parlamentares, servidores, efetivos e comissionados, estagiários, jovens aprendizes e terceirizados com deficiência.

A seguir, os dados fornecidos pelo NCAS referente ao relatório de dezembro/2020 (tabelas de 1 a 7):

Tabela 1 - Perfil do quadro de pessoal – (Parlamentares)

Quantitativo total de Parlamentares PCD	
Parlamentares PCD por Tipo de Deficiência	
Deficiência Visual	1
Deficiência Física	2
Deficiência Múltipla (Visual e Física)	1
TOTAL:	4

Nome	Deficiência	Grau	Mandato	Demandas
Fabiano Contarato	Física		2019-2027	
Jorge Kajuru	Visual		2019-2027	
Carlos Viana	Visual e Física		2019-2027	
Mara Gabrielli	Física	Grave	2019-2027	

Fonte: Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais (NCAS), 2021

Tabela 2 - Servidores efetivos

Quantitativo total de servidores efetivos PCD	
Servidores Efetivos PCD por Tipo de Deficiência	
Deficiência Auditiva	16
Deficiência Auditiva + física	1
Deficiência Visual	23
Deficiência Física	29

Deficiência Intelectual	1
Deficiência Mental	1
TOTAL:	71

Fonte: Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais (NCAS), 2021

Tabela 3 - Servidores comissionado

Quantitativo total de servidores comissionados PCD	
Servidores Comissionados com deficiência por Tipo Deficiência	
Deficiência Auditiva	9
Deficiência Visual	9
Deficiência Física	14
Deficiência Múltipla (Mental + Intelectual)	1
Deficiência Intelectual	2
TOTAL:	35

Fonte: Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais (NCAS), 2021

Tabela 4 - Terceirizados

Quantitativo total de terceirizados com deficiência	
Terceirizados com deficiência por tipo de deficiência	
Deficiência Auditiva	15
Deficiência Visual	27
Deficiência Física	29
Deficiência Múltipla (Mental + Intelectual)	11
Deficiência Intelectual	1
TOTAL:	83

Fonte: Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais (NCAS), 2021

Tabela 5 - Jovens Aprendizizes

Quantitativo total de jovens aprendizizes com deficiência	
Jovens aprendizizes com deficiência por Tipo de Deficiência	
Deficiência Auditiva	1
Deficiência Mental	1

Deficiência Intelectual	1
Não informado	1
TOTAL:	4

Fonte: Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais (NCAS)

Tabela 6 – Estagiários

Quantitativo total de estagiários com deficiência	
Estagiários com deficiência por Tipo de Deficiência	
Deficiência Auditiva	4
Deficiência Visual	8
Deficiência Física	10
Deficiência Mental	2
TOTAL:	24

Fonte: Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais (NCAS)

Tabela 7 - Quadro Resumo

TIPO DE VÍNCULO	Total	PCD	Porcentagem
Servidores efetivos	1967	72	3,60%
Comissionados	3893	35	0,90%
Terceirizados	2709	83	3,06%
Estagiários	338	24	7,10%
Jovens aprendizes	128	4	3,13%
TOTAL:	9035	218	2,41%

Fonte: Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais (NCAS)

6.2 Acessibilidade informacional

Segundo a pesquisa realizada por Pinheiro (2004), a seguir estão algumas das dificuldades encontradas por usuários com deficiência em Unidades Informacionais:

- Dificuldade de Comunicação e compreensão;
- Falta de materiais especializados;
- Falta de tecnologia adequada e/ou adaptada;
- Falta de capacitação profissional (real);

- Dificuldade de integração (inclusão).

Este tópico relata os serviços e produtos informacionais acessíveis fornecidos pela instituição, segundo dados disponibilizados pela COBIB e pelo NCAS, via e-mail.

6.2.1 Publicações em braile

O Senado Federal oferece, gratuitamente, a órgãos da administração direta e indireta, de todas as esferas da federação, textos legislativos em Braille. O Serviço de Impressão em Braille da Secretaria de Editorações e Publicações (SEGRAF) existe desde 1998 e tem por objetivo promover a inclusão social, democratizar a informação e cumprir com as diretrizes da Lei de Acessibilidade. A equipe de trabalho é composta majoritariamente por servidores com deficiência visual.

Segundo a equipe do Serviço de Pesquisa e Recuperação de Informações Bibliográfica, a Biblioteca do Senado possui uma coleção de livros em Braille (publicados pela própria instituição), composta mormente por legislação federal e literatura brasileira. Além disso, na Biblioteca Digital do Senado Federal há um conjunto de documentos em áudio, acessíveis de forma gratuita para qualquer cidadão.

O item 10.16.5 da ABNT NBR 9050/2015 dispõe que as bibliotecas devem garantir recursos audiovisuais, publicações em texto digital acessível e serviço de apoio. A norma recomenda, ainda, que possuam publicações em Braille. A seguir estão listadas algumas obras disponibilizadas em Braille pelo Senado:

- Títulos de assuntos históricos e culturais, de interesse nacional:
 - Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa
 - A mulher e as leis
 - A educação e a sociedade civil
 - Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência
 - Dicionário da língua portuguesa
 - Direitos humanos
 - Ética, direito e administração pública
 - Guia legal do portador de deficiência visual (impresso em 2013)
 - Jornal do Senado (impressão mensal)

- Literatura popular em versos de cordel
- Normas técnicas para a produção de textos em Braille
- Política de acessibilidade do Senado Federal (Ato da Comissão Diretora nº 15, de 2013)

- Códigos:
 - Código Civil Brasileiro
 - Código de Defesa do Consumidor
 - Código Eleitoral
 - Código Penal
 - Código de Trânsito Brasileiro
 - Código Tributário Nacional

- Constituições:
 - Constituição Federal
 - Constituição Estadual
 - Constituição em Miúdos (constituição para jovens de 12 a 16 anos)
 - Consolidação das Leis do Trabalho

- Estatutos:
 - Estatuto da Criança e do Adolescente
 - Estatuto do Desarmamento
 - Estatuto do Idoso
 - Estatuto da Igualdade Racial
 - Estatuto da Pessoa com Deficiência

- Legislações:
 - Legislação eleitoral e política
 - Lei Maria da Penha
 - Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF
 - Código Civil e normas correlatas
 - Lei Orgânica das Capitais

6.2.2 Acessibilidade no portal do Senado

Como já exposto anteriormente, o acesso a informação deve ser universal. Para isso acreditamos que é fundamental que todo meio de acesso a informação, como o sítio eletrônico da instituição, siga critérios de acessibilidade. Para Gomes (2002, p. 2), a principal vantagem que as Tecnologias da Informação e Comunicação (TCIS), têm a oferecer a seus usuários é:

“Facilitar o acesso ao vasto volume de informação nos mais variados níveis de conhecimento. Além disso, pode cumprir também seu papel social, promovendo informações àqueles que tiveram esse direito negado”.

Portanto, acreditamos que a barra de acessibilidade na página principal do Senado Federal é uma ferramenta de acessibilidade informacional relevante, visto que no sítio pode-se encontrar informações como: localização da instituição, horário de funcionamento, mapa do prédio e adjacências, informações de cunho político e do direito, acesso à Biblioteca Digital do Senado Federal e obras em formato de áudio e Braille. A seguir apresenta-se um guia de uso da barra de acessibilidade do portal do Senado Federal.

Na parte superior do Portal, há uma barra de acessibilidade onde se encontram atalhos de navegação padronizados e a opção para alterar o contraste (figura 15). A figura consiste em uma barra azul com a logo do Senado e os seguintes botões de acesso: “Fale com o Senado”, “Acesso à informação”, “Carta de serviços”, símbolo de acesso ao aplicativo “VLIBRAS” (pictograma branco sob o fundo azul de duas mãos sobrepostas) e “Acessibilidade”.

Figura 15 – Botão de acesso à área de acessibilidade do portal: “Acessibilidade”.



Fonte: Página do Senado Federal na Internet, 2021

Os padrões de atalhos do Senado Federal são:

- Teclando-se Alt + 1 em qualquer página do portal, chega-se diretamente ao começo do conteúdo principal da página.

- Teclando-se Alt + 2 em qualquer página do portal, chega-se diretamente ao início do menu principal.
- Teclando-se Alt + 3 em qualquer página do portal, chega-se diretamente em sua busca interna.
- Teclando-se Alt + 4 em qualquer página do portal, chega-se diretamente ao menu de links no rodapé.

No caso do browser Firefox, em vez de Alt + número, tecle simultaneamente Alt + Shift + número. Sendo Firefox no Mac OS, tecle simultaneamente Ctrl + Alt + número. No browser Opera, as teclas são Shift + Escape + número. Ao teclar apenas Shift + Escape, o usuário encontrará uma janela com todas as alternativas de acesso da página.

O sítio disponibiliza também tradução automática para Libras, há um botão de acesso no topo da página. A imagem do botão é um pictograma branco sob fundo azul de duas mãos sobrepostas (figura 17), indicando acessibilidade.

Figura 16 – Botão de acesso ao aplicativo



Fonte: Página do Senado Federal na Internet, 2021.

O usuário que opta por acessar o conteúdo do portal traduzido para libras, deve fazer uso do aplicativo “VLibras” (figura 18). Nessa imagem há o desenho de um homem vestido com uma camisa azul e calças pretas, dizendo boas-vindas, em um fundo branco. Para acessar o aplicativo deve-se clicar no ícone presente na barra superior da página e, depois, selecionar o texto a ser traduzido.

Figura 17 – Aplicativo VLIBRAS



Fonte: Página do Senado Federal na Internet, 2021.

Quanto ao tamanho da fonte, na página de acessibilidade do portal há um guia com os comandos. A página informa que “a maioria dos navegadores atuais já possui ferramentas próprias para ajustes de tamanho de letra, para isso basta usar as seguintes combinações de teclas”:

Para usar o zoom no Microsoft Windows ou no Linux:

- Pressione a tecla CTRL e digite a tecla + (mais) para aumentar,
- Pressione a tecla CTRL e digite a tecla - (menos) para diminuir,
- Pressione a tecla CTRL e digite a tecla 0 (zero) para restaurar o tamanho original da página.

Para usar o zoom no Mac OS:

- Pressione a tecla COMMAND e digite a tecla + (mais) para aumentar,
- Pressione a tecla COMMAND e digite a tecla - (menos) para diminuir,
- Pressione a tecla COMMAND e digite a tecla 0 (zero) para restaurar o tamanho original da página.

A página informa ainda que alguns navegadores também aceitam mudança de tamanho usando a roda do mouse, enquanto se mantém a tecla “ctrl” ou “cmd” pressionada.

6.3 A Biblioteca e a NBR 9050

Quanto à adequação da Biblioteca à norma de acessibilidade nos foi informado que a biblioteca não está adaptada, mas que há um projeto em andamento.

“Informamos que a Biblioteca do Senado não se encontra adaptada para atendimento de pessoas com deficiência de acordo com o estabelecido na NBR 9050. A sinalização é a mesma desde 1998, não sendo adaptada para PCD. Estamos em fase de projeto e estudos para nova sinalização”. (COBIB, 2021)

Em relação às especificações do mobiliário da Biblioteca os dados também são ínfimos. Foi informado pela Coordenação de Biblioteca (COBIB), via e-mail, o seguinte:

“Altura das estantes e o espaçamento entre elas: Altura da estante 2,28 m do piso ao topo; Altura da prateleira mais baixa: 0,10 m do piso; Altura da prateleira mais alta: 1,88 m do piso; Espaçamento entre as estantes: 0,94 m.” (COBIB, 2021)

Quanto às ferramentas de autoatendimento a informação fornecida é:

“Existem totens de autoatendimento acessíveis a PCD: dependendo do tipo e grau de deficiência, os totens existentes atualmente na Biblioteca atendem, por não serem muito altos; mas em outros casos não são adequados”. (COBIB, 2021)

7 ANÁLISE DE DADOS

Este capítulo é o resultado da análise dos dados levantadas por esta pesquisa, dos critérios normativos aos dados gerados pela própria. Portanto, com o intuito de contribuir com o progresso e melhoria das condições de acessibilidade da Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, expomos aqui a adequação da mesma às Normas de Acessibilidade

Estacionamento

Por meio do método de observação, podemos afirmar que não há vagas de estacionamento prioritárias para visitantes com deficiência, há vagas desse tipo apenas para colaboradores (estacionamento exclusivo para funcionários da Casa).

Acesso ao prédio

Ao visitante com deficiência é recomendado o acesso pela Via N2. Entre a área de desembarque e a porta de acesso do Bloco B (Anexo II do Senado Federal) há menos de 50m de distância. Essa portaria é o acesso mais próximo da Biblioteca, e também o mais acessível.

Como pode ser observado nas figuras 9, 10, 11 e 12, o percurso é facilitado, pois há rampas adequadas em toda sua extensão e as portas estão de acordo com a Norma. A porta da Biblioteca ativa por aproximação. Além disso, o balcão de atendimento na recepção, aonde ocorre a identificação do visitante, tem altura e profundidade acessível a P.C.R. e P.M.R.

Para tornar mais fácil o percurso à PCD, existe a possibilidade de empréstimo de cadeira de rodas e de triciclos motorizados, há, ainda, funcionários capacitados para acompanhar a PCD na área interna da Casa.

Sinalização

Identificamos que esse é o aspecto que se encontra mais inadequado. Durante a fase de pesquisa observacional, pudemos verificar que grande parte da sinalização da instituição não está como recomendado pelas normas vigentes. Por e-mail, o Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais (NCAS) informou que há projeto para implementar a sinalização adequada, pois a sinalização existente é a mesma desde 1998. Ou seja, não há sinalização tátil e visual direcional, o que prejudica a circulação pessoas

com deficiência visual. Ademais, os elevadores e banheiros estão sinalizados conforme o SIA e em braile.

Os dados indicam que ainda há baixa acessibilidade que atenda as especificidades dos usuários com deficiência auditiva e visual, por exemplo, mas atende em grande parte as demandas de pessoas em cadeira de rodas e com mobilidade reduzida.

Circulação na biblioteca

Como dito acima, a porta da Biblioteca tem sensor de presença, proporcionando à P.C.R. autonomia completa ao acessar a Biblioteca. Entretanto, não há qualquer tipo de sinalização sonora ou tátil que oriente um usuário com deficiência visual a localizar a porta, por exemplo. No interior da Biblioteca também não foi identificado sinalização tátil, visual direcional, sonora ou podotátil.

Os espaços entre prateleiras estão adequados para a circulação de pessoas em cadeira de rodas, mas não para as manobras da cadeira. A figura 18 é a fotografia da parte lateral do acervo e da área de leitura, nela mostra o espaçamento das estantes e das mesas de estudos. Assim, pode-se notar que a manobra só é possível no espaço entre as estantes e as mesas de estudo. Essa área é para circulação de pessoas, logo, a manobra da P.C.R. pode interromper o trânsito e causar constrangimento ao mesmo.

Figura 18 – A área ao redor do acervo



Fonte: Página do Senado Federal na internet, 2021

Na figura 18 é possível notar, inclusive, que não há sinalização de nenhum tipo nas laterais das estantes e que as mesas não estão em conformidade com a norma vigente. Também pode-se observar que a altura das estantes difere do disposto no item 4.6.2 da NBR9050/2015, isto é, as dimensões para alcance lateral da pessoa em cadeira de rodas.

Publicações

Foi identificado a existência de uma coleção de livros em braile composta principalmente por legislação federal e literatura brasileira. Além disso, há um acervo de documentos disponíveis em áudio na biblioteca digital. No tópico 7.2.1 deste trabalho há uma listagem da maior parte das obras disponíveis em braile.

Por fim, para maior compreensão dos dados aqui apresentados foi elaborado um quadro comparativo (quadro 4) entre os aspectos de acessibilidade levantados por esta pesquisa e a NBR 9050/2015. O quadro está organizado da seguinte forma: à esquerda, estão os critérios de acessibilidade recomendados pela norma e à direita está informado o que foi ou não identificado na Biblioteca.

Quadro 7 – A acessibilidade na Biblioteca em conformidade com NBR 9050/2015

CRITÉRIOS DA NBR 9050	BIBLIOTECA DO SENADO FEDERAL	
	Identificado	Não identificado
Estacionamento e percurso até a entrada (6.14.3 e 6.2.4)	Parcial. O percurso entre o estacionamento* e o local deve compor uma rota acessível, com distância máxima de 50 m até a entrada. No entanto, não há vaga prioritária para visitantes, apenas para funcionários.	
Porta de acesso padronizada (6.11.2)	X	
Sinalização tátil e visual direcional (5.4.6.4)		X
Elevadores (6.10.2)	X	
Aplicação de símbolos internacionais de acessibilidade (5.4)		X
Sanitários, banheiros e vestiários (7)	X O banheiro não está localizado dentro da biblioteca, mas a proximidade é adequada.	

Altura adequada de balcões de empréstimo/atendimento (9.2.1)	X Inclui balcões de recepção.	
Mesas acessíveis (10.16.2)		X
Espaçamento adequado entre estantes (10.16.3)	Parcial. Nos corredores, a cada 15 m, deve haver um espaço que permita a manobra da cadeira de rodas.	
Terminais de autoatendimento acessíveis a P.C.R. e P.M.R. (10.16.6)	X Não há acessibilidade para outros tipos e graus de deficiência	
Recursos audiovisuais, publicações em Braille e texto digital acessível (10.16.5).	X	

Fonte: Elaborado pela autora.

*Aqui, foi considerado a área de desembarque padrão como estacionamento para os visitantes.

Observando os 11 requisitos consultados na NBR 9050/2015 referente a acessibilidade, 03 deles foram absolutamente não identificados, de forma ao que está estabelecido na Norma, sendo eles:

- 1) Mesas acessíveis (10.16.2): ausência de mesas acessíveis a P.C.R., pois a altura e espaçamento estão inadequadas.
- 2) Aplicação de símbolos internacionais de acessibilidade (5.4), e
- 3) Sinalização tátil e visual direcional (5.4.6.4): como já foi salientado, a sinalização da biblioteca e de todo o prédio, é o aspecto mais frágil da acessibilidade da instituição. Está previsto no Plano de Acessibilidade (PA), com validade em 2021, a reformulação de toda a sinalização da instituição.

Por fim, importante ressaltar aqui que as questões de acessibilidade não se definem apenas pelo cumprimento da legislação e das normas técnicas, os profissionais da informação que atuam na biblioteca são imprescindíveis para torna-la um ambiente de inclusão social. Dessa forma, pode-se dizer que a Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho necessita que seus bibliotecários direcionem esforços para a implementação e continuação dos projetos de acessibilidade.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES

Esta pesquisa, apesar de todas as limitações, conseguiu cumprir o objetivo geral e específicos (OE).

No capítulo de número 3, encontra-se a conceituação de inclusão social, assim como o perfil da pessoa com deficiência, como proposto no objetivo específico 1 (OE 1). Esse capítulo aborda como as PCD foram vistas do desenrolar da História e no imaginário popular, expõe os tipos de acessibilidade, a definição de desenho universal e as 5 classes em que as deficiências são divididas, segundo a Lei nº 10.690/01 (BRASIL, 2001).

O quarto capítulo refere-se ao OE 2, que relata de forma breve a evolução legislativa concernente aos direitos da PCD e aos critérios normativos de acessibilidade. Esse capítulo traz, inclusive, informações presentes na NBR 9050/2015 quanto à acessibilidade de bibliotecas. Além disso, há um subcapítulo que aborda o processo de evolução dos termos atribuídos ao longo da História às pessoas com deficiência.

O capítulo 5, intitulado Metodologia, informa que essa pesquisa se caracteriza como um estudo de caso descritivo, ocorrido na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho. Nele encontra-se informações acerca do universo da pesquisa: histórico da Biblioteca, biblioteca digital, acervo, produtos e serviços e os projetos de acessibilidade vigentes. Continuando a exposição do método, o capítulo 6 trata-se da apresentação dos instrumentos de coleta utilizados.

O capítulo 7 refere-se aos dados levantados quanto aos aspectos de acessibilidade arquitetônica e informacional da Biblioteca e suas adjacências, informando as barreiras e dificuldades que podem ser encontradas pelo usuário com deficiência. Além disso, esse capítulo conta as ferramentas, os serviços e os produtos de acessibilidade disponibilizados pela Coordenação de Biblioteca (COBIB) e pelo Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais (NCAS). Por fim, consta ainda, as declarações da própria Biblioteca quanto a sua adequação às normas de acessibilidade vigentes. Esse capítulo em conjunto com o capítulo 5, conclui o que foi proposto no OE 4: Expor as condições de acessibilidade física e informacional da instituição.

Para concluir os objetivos específicos e geral desta pesquisa, o oitavo capítulo traz uma análise dos dados levantados pela pesquisa, de acordo com o disposto no OE 5.

Sendo assim, considerando o processo de pesquisa norteado pelos procedimentos metodológicos utilizados e diante dos resultados aqui apresentados podemos ponderar sobre uma reflexão final, ou seja, algumas considerações sobre a acessibilidade arquitetônica e informacional da Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho e suas adjacências, isto é, o Senado Federal.

Com base nos dados levantados, pode-se concluir que a Biblioteca do Senado Federal é adaptada, porém ainda não é inclusiva.

Foi observado que a Biblioteca possui muitas características de acessibilidade informacional previstas por Lei, como: publicações acessíveis em variados formatos, acessibilidade virtual no portal e cursos de LIBRAS oferecidos pela própria.

A fraqueza, nesse aspecto, encontra-se na ausência de intérpretes de LIBRAS, complexidade na aquisição das obras em formato acessível, tanto em suporte físico quanto digital, inexistência de produtos de Tecnologia Assistiva e de pessoal capacitado para o atendimento no Serviço de Referência, em decorrência da não-obrigatoriedade de capacitação.

A acessibilidade arquitetônica também se encontra inconsistente. Foi observado insuficiência e desatualização da Símbolo Internacional de Acesso, assim como de sinalização tátil, sonora, visual e podotátil; e inexistência de vagas de estacionamento prioritárias para PCD. Por outro lado, a instituição fornece algumas ferramentas de mobilidade que facilitam o acesso do usuário com deficiência à Biblioteca.

Devido a impossibilidade de contatar usuários e/ou colaboradores da Biblioteca com deficiência, não tivemos a oportunidade de avaliar a real adaptação da Biblioteca às demandas do público estudado. Por exemplo, não foi possível constatar o quão abrangente é o aplicativo VLIBRAS, no portal do Senado. Ou, ainda, averiguar o processo de aquisição de livros em Braille.

Desse modo, a avaliação que se pode realizar é sintética e baseada exclusivamente na legislação. Sendo assim, é importante lembrar a informação dada pela Coordenação de Biblioteca (COBIB), de que os bibliotecários estão trabalhando em um novo Projeto de Acessibilidade e que o atual PA terá continuidade.

Por esse motivo e pela crise pandêmica na qual estamos, assim muitos recursos de acessibilidade ainda estão em processo de estudo e implementação. A Biblioteca está se adaptando cada dia mais e se tornando mais acessível a todos.

Por fim, de forma genérica, apresentaremos algumas sugestões e possíveis soluções para mitigar ou sanar alguns dos problemas aqui evidenciados:

1. Implantação de Tecnologia Assistiva (TA) (softwares como DosVox e Jaws).
2. Totem de autoatendimento acessível a todos os tipos e graus de deficiência.
3. Investimento na divulgação dos serviços e produtos acessíveis da Biblioteca (curso de LIBRAS, publicações em Braille, *audiobooks*).
4. Obrigatoriedade da capacitação em LIBRAS dos profissionais lotados na Biblioteca
5. Adequação da sinalização às normas de Acessibilidade e aos Símbolos Internacionais de Acesso.

Finalmente, rogamos para que este estudo assim como as análises e sugestões aqui apresentados tenham continuidade e, de algum modo, sejam úteis ao processo de adaptação da Biblioteca Acadêmico Luiz Filho.

REFERÊNCIAS

ACESSIBILIDADE BRASIL. **Estatuto da Acessibilidade Brasil**. 2002.

Acessibilidadebrasil.org.br. Disponível em:

<http://www.acessobrasil.org.br/index.php?itemid=46>. Acesso em: 10 mar. 2021.

ALCÂNTARA, André Luiz Lopes de. Biblioteca Digital do Senado Federal: 2006-2013: **Uma análise dos desafios e soluções**. XXV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. Florianópolis, 2013.

Disponível em:

https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/300047/discover?filtertype=author&filter_rational_operator>equals&filter=Alc%C3%A2ntara%2C+Andr%C3%A9+Luiz+Lopes+de. Acesso em: 27 abr. 2021.

ALCÂNTARA, A. L. L. de; VIERA, S. B. **A Biblioteca Digital do Senado Federal e o DSpace**. Brasília: Senado Federal, 2012. 3º Seminário Nacional de Documentação e Informação Jurídica; Brasília: 18 set. 2012. Disponível:

https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/242986/Apresentacao_BDSF_DSPACE-SNDIJ.pdf?sequence=2. Acesso em: 28 abr. 2021.

AOYAMA, P. T. B. **Estudo das necessidades de informação dos usuários da Biblioteca Digital do Senado Federal**. [s. l.], 2011. Disponível em:

<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/242711/PAMELAAOYAMA.pdf?sequence=1>. Acesso em: 27 abr. 2021.

ARNS, Flávio. **Projeto de lei nº 712**. 2007. Disponível em:

<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=642307&ts=1593937791620&disposition=inline>. Acesso em: 26 fev. 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ISO 9241-11**. Requisitos ergonômicos para o trabalho com dispositivos de interação visual Parte 11: Orientações sobre usabilidade. Rio de Janeiro, p. 26. 2011

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050/ 2004:**

Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificações, espaço, mobiliário e equipamento urbano. Rio de Janeiro: ABNT, 2004. 105 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - **ABNT. NBR 9050/2015:**

Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2015. 148 p.

ATIQUÊ, M.; ZAHER, H. Inclusão e permanência de pessoas acometidas de defeitos em instituições de ensino superior. **Educere** - Revista da Educação, v. 16, n. 1, p. 7-23, jan./jun. 2016.

BRASIL. [Constituição 1988]. **Constituição da República Federativa do Brasil:**

Promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. Ed. São Paulo: Saraiva, 1990

BRASIL. **Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 20 dez. 2000b. Disponível em:

http://www.mpes.gov.br/anexos/centros_apoio/arquivos/15_2086154510172008_LEI%20N%C2%BA%2010.098-00.pdf. Acesso em 19 fev. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/113146.html. Acesso em 25 abr. 2021

BRASIL. **Lei nº 10.690 de 16 de junho de 2003.** Reabre o prazo para que os Municípios que refinanciaram suas dívidas junto à União possam contratar empréstimos ou financiamentos, dá nova redação à Lei no 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.690.htm Acesso em 25 Abr. 2021

BRASIL. **Decreto nº 6.949**, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo.

BRASIL. **Guia da lei brasileira de inclusão**. Disponível em:

<<https://www.maragabrilli.com.br/wp-content/uploads/2016/03/Guia-sobre-a-LBI-digital.pdf>> Acesso em 24 abr. 2021.

Coordenação de Biblioteca (COBIB). **Acessibilidade**. [Mensagem pessoal] Mensagem recebida em 19 mar. 2021.

COSTA, Luciana Ferreira da; RAMALHO, Francisca Arruda. A usabilidade nos estudos de uso da informação: em cena usuários e sistemas interativos de informação.

Perspectivas. ciênc. inf., Belo Horizonte , v. 15, n. 1, p. 92-117, Abr. 2010.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362010000100006> Acesso em: 29 nov. 2020.

CURIONI, Rossana Teresa. **Pessoas Portadoras de deficiência: inclusão social no aspecto educacional. Uma realidade? Direito da Pessoa portadora de deficiência: uma tarefa a ser completada**. Bauru: EDITE, 2003.

FARIAS, Fábio André de; MUSSATO, Andréa Gergósimo. Reflexões acerca da relação da deficiência e o mundo do trabalho. Revista do Ministério Público do Trabalho do Rio Grande do Norte. Natal, n.2, p. 85-100, ago. 1999. Disponível em:

http://www.prt21.mpt.gov.br/_private/upload/publicacoesarquivos/5/dt_2_06.htm.

Acesso em: 25 abr. 2021.

FIGUEIRA, Emílio. **Caminhando no Silêncio: Uma introdução à Trajetória das Pessoas com Deficiência na História do Brasil**. Giz Editora, São Paulo, 2008

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007

GOMES, Elisabeth. Exclusão digital: um problema tecnológico ou social? Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade. Rio de Janeiro. Trabalho e Sociedade - Ano 2 - nº especial - dezembro 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2000. **A Característica da população**. [s.l]: IBGE, 2000. Disponível em: <http://ibge.gov.br>. Acesso em: 19 fev. 2021.

LARAIA, Maria Ivone Fortunato. **A Pessoa com Deficiência e o Direito ao Trabalho**. 2009. 189 f. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/8878>. Acesso em: 16 mar. de 2021.

LIMA, Izabel França de. OLIVEIRA, Henry Cruz de. SANTANA, Sérgio Rodrigues de. Metodologia para avaliação do nível de usabilidade de bibliotecas digitais: um estudo na Biblioteca Virtual de Saúde. **Transinformação**, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tinf/v25n2/a04v25n2.pdf>>. Acesso em: 04 mar. 2021.

MARTINS, D.; SILVA, M. Critérios de avaliação para sistemas de bibliotecas digitais: uma proposta de novas dimensões analíticas. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**. v. 8, n. 1, p. 100-121, 20 abr. 2017. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/125678>. Acesso em : 15 mar. 2021.

MALHEIROS, Tania Milca de Carvalho. **Produtos e serviços de informação para usuários com deficiência visual**. 561 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de ciência da informação da Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/34969>. Acesso em 26 Abr. 2021

MACIEL, Maria Regina Cazzaniga. Portadores de deficiência: a questão da inclusão social. **São Paulo Perspec**. vol.14 no.2 São Paulo Abr./Jun 2000. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/spp/v14n2/9788.pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2021.

MAZZONI, Alberto Angel et. al. Aspectos que Interferem na Construção de Acessibilidade em Bibliotecas Universitárias. In: **Revista Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 30, n. 2, p. 29-34, maio/ago. 2001. Disponível em: Acesso em: 16 mar. de 2021.

OLIVEIRA, S. L. de. **Tratado de Metodologia Científica**. São Paulo: Pioneira, 1997

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração dos direitos das pessoas deficientes**: resolução aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, em 09/12/1975. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2020

PAULA, S. N. de; CARVALHO, J. O. F. de. Acessibilidade à informação: proposta de uma disciplina para cursos de graduação na área de biblioteconomia. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, v. 38, n. 3, p. 64-79, set./dez. 2009. Disponível em: <http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/viewArticle/1640/>. Acesso em: 19 mar. 2021.

PINHEIRO, Danielle da Silva. O bibliotecário e o atendimento aos usuários com necessidades especiais em unidades de informação. **Revista de Iniciação Científica da FFC**, v. 4, n. 3, 2004. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/ric/article/view/95>. Acesso em: 15 de mar. 2021.

PINHO NETO, J.A.S. A Inclusão Digital para Deficientes Visuais do Setor Braille da Biblioteca Central da UFPB. **Pesq. Bras. em Ci. da Inf. e Bib.**, João Pessoa, v.8, n. 2, p. 001-009, 2013. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/pbcib/article/viewFile/18135/10442>. Acesso em: 01 abr. 2021.

PUPO, D. T. (Org.); MELO, A. M. (Org.); FERRÉS, S. P. (Org.). **Acessibilidade**: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas. Campinas: Unicamp, 2006.

SALES, Kleber. A Lei de Prevenção de Doenças hereditárias e o programa de eutanásia durante a segunda guerra mundial. **Revista CEJ**, Brasília, Ano 12, n. 40, p. 43-51, jan./mar. 2008, p. 45. Disponível em: <http://www2.cjf.jus.br/ojs2/index.php/cej/article/view/961/1132> . Acesso em: 16 mar. 2021.

SASSAKI, Romeu k. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SASSAKI, Romeu K. Inclusão: o paradigma do século 21. **Revista Inclusão**. Ano I, n. 1, p. 19-23, out. 2005.

SASSAKI, Romeu K. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16. Disponível em: <https://docplayer.com.br/6331458-Inclusao-acessibilidade-no-lazer-trabalho-e-educacao.html>. Acesso em: 23 de mar. 2021.

SASSAKI, Romeu K. **O Conceito de Acessibilidade**. 2006. Disponível em: <http://www.bengalalegal.com/romeusassaki#301>. Acesso em: 16 de mar. 2021.

SEBIN, L. T. R. V; AMARAL, R. M. Desenvolvimento e aplicação de um método para a sinalização de bibliotecas. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 15, 2008, São Paulo. **Anais**. São Paulo: Unicamp, 2009. p. 1-13.

SENADO FEDERAL. **Guia de visitantes**. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/senado/hotsites/guialocalizacaoenado/index.html>. Acesso em 24 abr. 2021

SENADO FEDERAL. **Biblioteca**. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/institucional/biblioteca>. Acesso em 23 abr. 2021

SINALIZAR. In.: HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p. 2576.

SILVA, O. M. da. **A epopeia ignorada**: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje. São Paulo: Cedas, 1987.

SILVEIRA, Vladimir Oliveira da. **Direitos Humanos Fundamentais das Pessoas com Deficiência**. Prisma jurídico, São Paulo, v. 12, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://vladmiroliveiradasilveira.com.br/2013/12/01/direitos-humanos-fundamentais-das-pessoas-com-deficiencia/> Acesso em 23 abr. 2021.